

PERFIL URBANO

DA CIDADE DE TARRAFAL DE SANTIAGO



Março de 2012

Índice

Ordem	Assunto	Página
1.	Introdução	1
1.1.	Enquadramento do estudo	1
1.2.	Orientação metodológica e etapas de execução	2
1.3.	Caracterização da área de estudo	3
2.	Governança urbana e desenvolvimento económico	7
2.1.	Caracterização da governança urbana da Cidade do Tarrafal	7
2.1.1.	Organização do território e desenvolvimento económico	8
2.2.	Enquadramento institucional da governança urbana	12
2.3.	Mobilização de recursos para a governança urbana	16
2.4.	Capacitação para a governança urbana	17
3.	Alojamento e condições de vida nos bairros informais	18
3.1.	Caracterização dos bairros informais do Tarrafal	18
3.2.	Enquadramento institucional dos bairros informais	20
3.3.	Mobilização de recursos para os bairros informais	21
3.4.	Formação e capacitação para a melhoria dos bairros informais	23
4.	Segurança urbana na cidade do Tarrafal	24
4.1.	Caracterização da Segurança urbana na Cidade	24
4.2.	Enquadramento institucional da segurança urbana	25
4.3.	Mobilização de recursos para a segurança urbana	26
4.4.	Formação e capacitação para a segurança urbana	27
5.	Serviços urbanos de base na cidade	27
5.1.	Caracterização dos serviços urbanos de base na Cidade	27
5.2.	Enquadramento institucional dos serviços urbanos de base	30
5.3.	Mobilização de recursos para os serviços urbanos de base	31
5.4.	Formação e capacitação para os serviços urbanos de base	32
6.	Ambiente e riscos urbanos na cidade do Tarrafal	32
6.1.	Caracterização dos riscos urbanos na cidade do Tarrafal	32
6.2.	Enquadramento institucional dos riscos urbanos	33
6.3.	Mobilização de recursos para os riscos urbanos	34
6.4.	Formação e capacitação para a gestão dos riscos	34
7.	Género e VIH-Sida nos bairros informais do Tarrafal	35

7.1.1. Género e habitação nos bairros informais	35
7.1.2. Prevalência do VIH/Sida e habitação nos bairros informais	35
7.2. Enquadramento institucional do género	38
7.3. Mobilização de recursos para a questão do género	39
7.4. Formação e capacitação na igualdade do género	40
Análise SWOT para os itens do projecto	41
Projectos comunitários	44
Bibliografia	49

Resumo Executivo

O objectivo deste estudo é traçar o **Perfil da Cidade do Tarrafal** na ilha de Santiago. Este **Perfil do Sector Urbano** está inserido num conjunto de estudos similares referentes a outros centros urbanos do País. Com este trabalho pretende-se contribuir para *o desenvolvimento da política de redução da pobreza urbana na cidade do Tarrafal e em Cabo Verde no geral*. Ao longo deste trabalho irão ser tratados os seguintes temas: Governação urbana e desenvolvimento económico; Alojamento e condições de vida nos bairros espontâneos; Segurança urbana; Serviços urbanos de base; Ambiente e riscos urbanos e Género e VIH/Sida.

Caracterização da área de estudo

A Cidade de Tarrafal de Santiago está localizada na orla costeira a Noroeste da ilha de Santiago, com o seu núcleo central instalado sobre a arribas costeira sul da baía do Tarrafal. Corresponde a uma cidade de malha aberta, com um pequeno centro de ruas alinhadas e pavimentada, uma vasta auréola dominada por construções baixas, sem pavimento nas ruas e alinhamento difuso.

A actual Cidade resultou da elevação honorífica da Vila do Tarrafal, também denominada Vila de Mangue, ao título de Cidade em 2010. Esta vila surgiu em 1869, quando assumiu a capitalidade do Concelho de Santa Catarina.

O centro da Vila do Tarrafal foi instalado numa planura costeira sobre uma arribas defronte à baía do Tarrafal, onde existiriam mangais na foz da ribeira.

Governação Urbana e Desenvolvimento Económico

O município do Tarrafal remonta ao primeiro quartel do século XX, tendo sido criado pelo Decreto - Lei nº 3108 de 25 de Abril de 1917, e desvinculado do Concelho de Santa Catarina. A criação do município do Tarrafal foi enquadrada na nova divisão administrativa protagonizada pelo governo da 1ª República Portuguesa (1910-1926). O poder local esteve centrado na figura do Administrador do Concelho que acumulava as funções de Presidente da Câmara, Chefe de Polícia e Juiz, era coadjuvado pelo Regedor ao nível das Freguesias e Cabos-chefe nas localidades. Esta estrutura deixava pouca

margem de intervenção às comunidades, que dependiam em grande medida de ajudas e socorros do Estado, sobretudo nas frequentes fomes resultantes dos anos de seca.

Actualmente a Câmara Municipal é constituída por um executivo de 7 membros, o presidente da Câmara e seis vereadores; a Assembleia Municipal é constituída por 17 membros eleitos em simultâneo com a Câmara Municipal.

Com uma superfície de 112,4 Km², o Concelho do Tarrafal tinha em meados do ano de 2010 uma população de 18 565 habitantes, correspondente a 3,8% da população do País.

O Concelho do Tarrafal apresenta pouca diversidade no quadro de actividades económicas, sendo a agricultura de sequeiro dominante. Algum regadio, a pecuária, a pesca tradicional, o comércio, a construção e os trabalhos públicos constituem os principais meios de subsistência da sua população.

O Concelho do Tarrafal chegou a ter a pecuária como a actividade mais importante, no entanto, essa actividade veio a decair ao longo do século XX em anos de sucessivas secas e limitação das áreas de pastagem.

A pesca, sobretudo artesanal constitui uma actividade importante na economia de concelho, havendo vários portos de arrasto de botes tradicionais no perímetro do Concelho. Os portos mais importantes são Porto de Mangue na baía verde, Chão Bom e Ribeira das Pratas. De acordo com os dados referentes a 2001 no Concelho do Tarrafal 531 famílias dedicavam-se à pesca.

O Comércio constitui uma actividade económica de grande importância para a cidade de Tarrafal, com destaque para o comércio informal que envolve um grande número de vendedores sobretudo na população feminina.

O Turismo e as actividades conexas como a Hotelaria e a Restauração chegaram a ganhar uma certa expressão nas últimas décadas do século XX, mas a falta de investimentos e de modernização deixaram o Tarrafal na retaguarda.

Alojamento e Condições de Vida nos Bairros informais

A Cidade do Tarrafal evoluiu a partir de uma aldeia portuária que teria assumido as funções de capitalidade do Concelho de Santa Catarina nos finais do século XIX. A área urbana limitava-se à antiga vila colonial, residência de quadros administrativos e

comerciantes no entorno da praça municipal, onde se situavam a igreja e a escola principal. Nos bairros pobres residiam os pescadores e trabalhadores ocasionais. Registamos que até a década de sessenta do século XX.

A expansão da vila se deve, em grande parte, à emigração voltada para a Europa. Estes emigrantes começaram a instalar as suas famílias nos centros urbanos, pelas vantagens de acesso rodoviário e de telecomunicações.

O abandono das aldeias rurais remotas causado pela persistência da seca constitui outra causa, pois as populações pobres excedentárias da actividade agrícola, migraram para a Cidade da Praia, mas também para as sedes concelhias residindo nas proximidades das autoridades administrativas. Assim houve uma disparidade de tipos de construções. Enquanto os emigrantes construíam moradias grandes e confortáveis, os mais pobres construíram habitações mais modestas, muitas vezes casas inacabadas com menos divisão, em bairros pobres ou em terrenos marginais.

Na Cidade do Tarrafal uma grande parte da população vive em residências próprias. Nas situações de dificuldades as casas são feitas através de “*djunta mó*” e as obras avançam paulatinamente em função dos recursos disponíveis, dominando uma paisagem de casas inacabadas, de cor cinzenta dos blocos sem pintura nem caiação.

Não existem barracas, nem construções de materiais frágeis como madeira, chapa metálica ou cartão tipo “*bidonvilles*”. As construções espontâneas são dominadas por casas de blocos de cimento e cobertas de betão ou de telha e, geralmente, estão inacabadas. As grandes limitações de conforto estão associadas ao deficiente acesso às infraestruturas e serviços urbanos, inexistência de rede de água e esgotos, falta de pavimento nas ruas e energia eléctrica deficiente. Registe-se no entanto que nos últimos anos o acesso à rede de água e energia eléctrica tem melhorado substancialmente.

Segundo a nossa **Constituição da Republica** (Artigo 72º) em Cabo Verde todos os cidadãos têm direito a habitação condigna, pelo que a existência de bairros degradados e as construções clandestinas constituem anomalias associadas a constrangimentos circunstanciais.

A melhoria das condições de habitação nos bairros espontâneos do Tarrafal passa pela promoção de bairros sociais, construção de habitação a preços acessíveis aos pobres (considerando a elevada incidência da pobreza no concelho), melhor integração económica dos bairros espontâneos onde vivem geralmente pessoas desempregadas, mulheres chefe de família com emprego precário e ocasional.

O financiamento poderá ser mobilizado tanto pelo Governo Central como pelo municipal podendo haver parceria público- privado ou em contrapartida às instalações de unidades turísticas no Concelho, ou ainda cedência terreno às empresas imobiliárias exigindo parcelas destinadas à residência social.

Tendo em atenção que a precariedade nos bairros informais não resulta apenas da qualidade das habitações, mas também de hábitos e padrões culturais que condicionam a gestão dos resíduos, uso da água, entre outros, a formação e a capacitação constituem medidas educativas de promoção de cidadania e vida urbana nas cidades.

Segurança Urbana na Cidade do Tarrafal

A Segurança Pública nos bairros espontâneos do Tarrafal é garantida pela Polícia Nacional, nos termos do Decreto-Legislativo nº6/2005 de 14 de Novembro, à semelhança ao que acontece em todo o território nacional. Na cidade do Tarrafal existe uma esquadra de polícia dependente do Comando Regional de Santa Catarina, sediada na Cidade de Assomada. O serviço de ronda faz a cobertura de todo o território do Concelho.

Serviços Urbanos de Base na Cidade

A carência das infraestruturas e equipamentos urbanos constitui o maior estrangulamento dos centros urbanos da ilha de Santiago e mormente da Cidade do Tarrafal, com maior incidência nos bairros espontâneos. No entanto tem havido notáveis melhorias nos últimos anos.

A rede de esgotos continua muito precária em toda a Cidade sendo em regra, inexistente nos bairros espontâneos. Deficiente recolha associada aos hábitos culturais de colocar o lixo em qualquer lugar, agravam a situação dos resíduos sólidos e líquidos na cidade do Tarrafal.

O abastecimento de água é assegurado pela Concessionária Municipal - Serviço Autónomo de Água e Saneamento (SAAS), que gere a exploração das infra-estruturas de abastecimento de água: captação, tratamento, e distribuição para consumo público. As melhorias registadas, sobretudo nos centros urbanos, permite às famílias maior acesso à água potável, A electricidade é assegurada pela empresa nacional de

electricidade e água, ELECTRA. No entanto em meados de 2010 59% das casas estava ligada à rede eléctrica, muito abaixo da média nacional que é de 80%.

De acordo com os dados dos Censos de 2010, no concelho do Tarrafal 67,3% das casas estavam ligadas à rede pública o que representa uma taxa superior aos 54,4% que representa a média nacional. Na mesma data 50% das casas possuía instalações sanitárias; 31% tinha banheira com duche ou com chuveiro. No entanto apenas 5% estava ligada à rede de esgotos e 48% tinha fossa séptica.

Em relação à energia doméstica, 69% das casas tinha cozinha ou kitchenette, no entanto cerca de 52% das famílias usava a lenha como combustível básico na confecção dos alimentos contra os 48% de gás.

Os transportes são assegurados por todas as localidades servidas de rodovia, geralmente dominam os transportes privados, em mini-bus (*Hiace*) e carrinhas de caixa aberta.

A rede de saúde pública está assegurada pelo Centro de Saúde do Tarrafal com 29 camas, dois postos sanitários, respectivamente em Chão Bom e Chã de Junco e oito unidades sanitárias de base (USB). Em recursos humanos o Concelho tem 5 médicos, 13 enfermeiros, sendo um médico para 3713 habitantes e um enfermeiro por 1687. A Delegacia de Saúde apresenta algumas carências em termos de equipamentos de modo que os casos mais graves são evacuados para o Hospital Regional de Santiago Norte na Santa Catarina ou Hospital Central da Praia.

O serviço de telecomunicação apresenta uma grande cobertura apesar dos preços elevados.

Ambiente e Riscos Urbanos na Cidade do Tarrafal

Apesar do quadro precário do saneamento da cidade do Tarrafal o cenário não poderá ser considerado alarmante. Em regra os bairros espontâneos não estão instalados em terrenos sujeitos a riscos naturais graves, isto considerando como riscos naturais mais prováveis para a ilha, a seca, as inundações provocadas pelas chuvas torrenciais, a passagem de ciclones, pragas, erupção vulcânica e terramoto; sendo os últimos casos sem registo histórico.

Género e VIH-Sida nos Bairros Informais do Tarrafal

Na ilha de Santiago, geralmente a tarefa de construção da habitação compete ao homem que, segundo a tradição, mantém a gestão e o controlo dos principais recursos da família, como terra, gado, habitação, equipamentos. A emigração para a Europa, a partir da década de setenta do século XX, deixou muitas famílias sob a gestão directa das mulheres que ficaram, sobretudo no meio rural, e que efectivamente constituem os chefes directos das famílias. Pese embora que os maridos no estrangeiro enviaram recursos financeiros para o sustento e especialmente para a melhoria das habitações, construção de casas novas, nos centros urbanos.

No quadro de luta contra a pobreza urbana, a formação das mulheres chefe de famílias monoparentais é prioritária, sobretudo nos domínios de promoção e gestão de pequenos negócios e actividades geradoras de rendimento, no caso do Tarrafal poderão ser identificadas, as peixeiras, criadoras de aves e coelhos, conserva artesanal de alimento, como linguiça, doces, etc., ou ainda venda ambulante e acesso ao microcrédito. As ONG femininas como a MORABI e a OMCV possuem bastante experiência nessa matéria.

Embora seja provável a maior prevalência do VIH/Sida nos bairros espontâneos dos centros urbanos, considerando maior promiscuidade e forte presença de grupos de riscos, não se conhecem estudos específicos para os bairros do Tarrafal. Não uma interferência do VIH/Sida no acesso à habitação, pois não existe qualquer discriminação dos portadores do VIH. No entanto a incidência da pobreza e as outras consequências derivadas do quadro de VIH/Sida podem ter incidência na degradação das condições de vida familiar.

1. Introdução

1.1. Enquadramento do estudo

O presente estudo tem por objectivo traçar um **Perfil do Sector Urbano** da **Cidade do Tarrafal** no concelho do mesmo nome, localizado a Norte da ilha de Santiago. Este **Perfil do Sector Urbano** está inserido num conjunto de estudos similares referentes a outros centros urbanos do País. No seu conjunto estes estudos de Perfil do Sector Urbano têm a pretensão de *contribuir para o desenvolvimento da política de redução da pobreza urbana ao nível nacional em Cabo Verde*.

O estudo foi promovido no âmbito do programa da **ONU-Habitat** para a elaboração dos Perfis do Sector Urbano Regional (RUSPS) em África e nos Países Árabes. Estes estudos serão feitos através da avaliação das necessidades e dos mecanismos de resposta no quadro de uma contribuição aos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD). Em termos de medidas de política serão orientadas para a sustentabilidade das actividades promotoras do desenvolvimento urbano, incluindo o reforço das capacidades, a defesa dos interesses dos cidadãos e a gestão dos saberes locais, assim como a realização das actividades operacionais na perspectiva dos objectivos preconizados.

A elaboração do presente estudo está baseada nos Termos de Referência (TDR) “standars” do **Perfil do Sector Urbano** desenvolvido pela **Comissão Europeia** (CE) e já foi utilizada pela ONU-Habitat em outros países. Convém destacar que o estudo é promovido no quadro de uma parceria entre a ONU-Habitat e o Governo de Cabo Verde através do Ministério do Ambiente, Habitação e Ordenamento do Território. Os estudos regionais serão complementados por um estudo de âmbito nacional abrangendo o quadro da situação urbana no território nacional. Esta combinação, perfil regional e perfil nacional, tem em vista o aperfeiçoamento do **Perfil Urbano Nacional** a ser realizado em Cabo Verde, à semelhança de outros países com a identificação das insuficiências e os domínios de intervenção prioritários.

O objectivo geral é de permitir uma integração espacial e territorial multisectorial e uma colaboração intersectorial na análise das questões urbanas assim como na concepção das intervenções que estão em curso. No presente estudo as análises

serão levadas a uma dimensão regional/local onde as orientações nacionais serão utilizadas para conduzir as tendências e recomendações regionais para a redução da pobreza urbana em Cabo Verde. No tratamento das questões da gestão urbana regional e de redução da pobreza serão abordados os seguintes temas prioritários:

- 1 - Governação urbana e desenvolvimento económico;
- 2- Alojamento e condições de vida nos bairros espontâneos;
- 3 – Segurança urbana;
- 4 – Serviços urbanos de base;
- 5 - Ambiente e riscos urbanos;
- 6 - Género e VIH/Sida.

1.2. Orientação metodológica e etapas de execução

No quadro metodológico o estudo do **Perfil do Sector Urbano** terá uma abordagem em três fases, ou etapas de execução:

A primeira fase - consiste na elaboração de um quadro de condições de vida nas cidades à escala nacional. Nesta perspectiva, o estudo do **Perfil do Sector Urbano**, será efectuado para a Capital do País e para as cidades sedes dos municípios. As cidades serão seleccionadas de modo a proporcionar uma boa representação da situação urbana no País. No processo de análise serão desenvolvidos sete grandes temas: (i) a Governação; (ii) o desenvolvimento económico local; (iii) as condições de vida nos bairros espontâneos; (iv) o género, (v) o VIH/Sida; (vi) os serviços urbanos de base; (vii) o ambiente e os riscos urbanos. As informações são obtidas através da discussão com os actores chave e instituições locais. Uma vez analisados os dados recolhidos junto das comunidades, será possível a identificação de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças (método SWOT) que determinam o desenvolvimento das cidades ao nível local e do País. As conclusões da **primeira fase** serão apresentadas em consulta pública ao nível nacional, afim de eventualmente serem revistas e modificadas. Um consenso deverá ser obtido entre os diferentes actores engajados no processo a fim de destacarem as prioridades para as futuras intervenções.

A segunda fase será com base nas prioridades identificadas na primeira fase, e após um estudo da viabilidade. Esta etapa consiste na instalação de um programa de formação

para os quadros da administração e a selecção dos projectos de investimentos prioritários.

A **terceira fase** consistirá na execução dos projectos identificados nas duas fases precedentes. Mas constitui factor essencial a atribuição de meios que permitem aos países envolvidos trabalharem de forma autónoma no desenvolvimento das suas cidades. Esta autonomia será possível através da instalação de um quadro institucional sólido.

Como ficou dito antes, o presente relatório faz referência à Cidade do Tarrafal na ilha de Santiago. No estudo do **Perfil do Sector Urbano** a cidade capital do Município é integrada no Concelho, onde estão inseridos outros centros urbanos, semi-urbanos e uma grande dispersão rural, mas funcionando numa sinergia territorial, política, económica e sociocultural.

1.3. Caracterização da área de estudo

A Cidade de Tarrafal de Santiago está localizada na orla costeira a Noroeste da ilha de Santiago, com o seu núcleo central instalado sobre a arribas costeira sul da baía do Tarrafal. Corresponde a uma cidade de malha aberta, um pequeno centro de ruas alinhadas e pavimentada, uma vasta auréola dominada por construções baixas, sem pavimento nas ruas e alinhamento difuso.

Apesar de ocupar uma vasta área é uma cidade modesta à escala nacional, no ano 2000 a então Vila do Tarrafal tinha uma população de 5772 habitantes, 2662 homens e 3110 mulheres em 1293 agregados familiares, representava 32,5% dos 17 784 habitantes residentes no concelho do Tarrafal.



Fig.1 – Vila do Tarrafal em 2005

Os dados dos Censos de 2000 (onde são disponíveis informações por lugares) ilustram a dispersão da cidade do Tarrafal, observa-se que o Centro da Vila a Cidade histórica já albergava 10% dos moradores da urbe e o crescimento fazia-se pela periferia.

Quadro 1
Agregados familiares e população por bairros no ano 2000

Bairros	Agregados	HM	H	M
Colhe Bitcho	228	1349	600	749
Covão Sanches	95	451	206	245
Monte Iria	196	956	435	521
Ponta Gato	122	577	274	303
Ponta Lagoa	255	1216	578	638
Vila (centro)	173	586	273	313
Chã de Capela	24	129	63	66
Monte Bode	20	61	32	29
Sarrada	7	29	14	15
Achada Baixo	89	335	148	187
Ponta de Atum	10	30	12	18
Alto Estrada	14	53	27	26
Total	1293	5772	2662	3110



Fig.2 –Área central da Vila em 2009

A actual Cidade resultou da elevação honorífica da Vila do Tarrafal, também denominada Vila de Mangue, ao título de Cidade em 2010. Esta vila surgiu na segunda metade do século XIX em 1869, quando assumiu a capitalidade do Concelho de Santa Catarina. Recorde-se que teve várias designações como a Vila Maria Pia, em homenagem à Rainha Dona Maria II de Portugal, Vila de Mangue pelo domínio de mangais pantanosos no seu entorno, assim como Vila do Tarrafal pela abundância de tarrafe (*Tamarix ssp.*) nos mangais.

A importância do Tarrafal remonta aos finais do século XVI, pois em 1606 a freguesia de Santo Amaro Abade aparece na lista das nove freguesias existentes na ilha de Santiago¹. Em 1784 a freguesia de Santo Amaro Abade no Tarrafal consta de novo, já na lista das onze freguesias da ilha. Esta estruturação da organização eclesiástica demonstra a relativa dispersão de almas na grande ilha, embora a maioria da população estivesse afixada nos vales e cutelos do interior, evitando a orla costeira pelo receio de ataque dos piratas. Em 1704, altura em que foi criada a freguesia de São Salvador do Mundo, o bispo D. Frei Vitoriano Portuense (1688-1706) ainda pretendia criar uma 12^a freguesia nas terras de Boa Ventura².

¹ Relação da Costa da Guiné (c.1606) in Brasio – Monumenta Missionária Africana – África Ocidental (1600-1622) segunda série Vol. IV AGU, Lisboa 1958

² Noticia Corográfica e Cronologia da Bispado de Cabo Verde (1784)

O centro da Vila do Tarrafal foi instalado numa planura costeira sobre uma arriba defronte à baía do Tarrafal, onde existiriam mangais na foz da ribeira. Esta localização terá justificado a sua escolha para a sede do Concelho de Santa Catarina nos finais do século XIX, pois o princípio que norteou a extinção da Câmara da Ribeira Grande de Santiago era estabelecer uma nova divisão da ilha tendo por sede dois portos, respectivamente no extremo Sul da ilha onde estava a Vila da Praia de Santa Maria (Cidade da Praia) e no extremo norte no Tarrafal. Tarrafal albergou a sede do Concelho de Santa Catarina entre 1869 e 1912, altura em que a sede do Concelho de Santa Catarina foi transferida para a localidade de Assomada dos Engenhos pela Portaria 146 de 4 de Maio de 1912. Entretanto o Decreto - Lei nº 3108 de 25 de Abril de 1917 criou o Conselho do Tarrafal abrangendo as freguesias de Santo Amaro Abade e São Miguel Arcanjo. Em 1997, com a criação do Concelho de São Miguel Arcanjo, o Concelho do Tarrafal ficou limitado ao território da freguesia de Santo Amaro Abade.

Com uma superfície de 112,4 Km², e uma população de 18565 habitantes em 2010, o Concelho do Tarrafal apresentava uma densidade de 165 habitantes/Km², superior à média nacional de 122 hab./Km², apesar de representação apenas 3,8% do total dos residentes a nível nacional. O crescimento demográfico foi de 0,4% entre 2000 e 2010, a população feminina representava 62,7% dos residentes em 2010. Nessa mesma data 33,3% da população residia nos centros urbanos e 66,7% no espaço rural.

Como acontece com as sedes dos Municípios da ilha de Santiago, a Cidade do Tarrafal teve um grande crescimento a partir do último quartel do século XX, este crescimento teve incidência tanto na população como no perímetro da Cidade. No ano 2010 a área edificada, incluindo os loteamentos por construir era de 228 hectares, três vezes superior aos 79 hectares da década de noventa. Estima-se que até 2020 a área edificada chegue a 570 hectares³. Nos finais da década de setenta do século passado a vila cobria uma área de 35 hectares.

O centro urbano do Chão Bom também teve um grande crescimento nos últimos 30 anos. Na década de setenta do século XX, era um alinhamento de casas ao longo das estradas de acesso à Serra da Malagueta e a Ribeira da Prata; tinha uma área edificada

³ Plano de Desenvolvimento Municipal do Tarrafal (2011)

de 34 hectares, passou a 100 hectares em 1990 e no ano 2010 era uma área urbanizada de 135 hectares.

O crescimento dos centros urbanos tanto em território como na demografia está associado a uma combinação de factores de onde destacamos: êxodo rural com abandono das aldeias remotas, população jovem com uma taxa de crescimento robusta, exigência de maior conforto das habitações com maior consumo de espaço. Em relação a esse último ponto, o número de habitantes por agregado familiar, tem vindo a diminuir apesar do aumento do número de famílias. Mesmo nas aldeias rurais as casas recentes têm mais espaço e maior número de divisão, o que implica maior consumo de espaço horizontal e vertical.

O rápido crescimento da Cidade do Tarrafal não vem sendo acompanhado pela criação de infra-estruturas e equipamentos urbanos, sobretudo nos bairros espontâneos que crescem sobre a grande pressão nas demandas de habitação para uma população em rápido crescimento induzido principalmente pela chegada de novos migrantes. Os bairros espontâneos crescem em regra de forma clandestina pela ocupação de terrenos alheios, tanto públicos como privados, as construções espontâneas pecam pelo deficiente respeito pelas normas técnicas e geram casas com deficiências de estruturas, sem acabamento e sem acesso aos equipamentos básicos de conforto urbano. Ocupam terras marginais, são construídas numa cumplicidade de amigos e vizinhos à sombra do controlo municipal.

2. Governação Urbana e Desenvolvimento Económico

2.1. Caracterização da governação urbana da Cidade do Tarrafal

O município do Tarrafal remonta ao primeiro quartel do século XX, tendo sido criado pelo Decreto - Lei nº 3108 de 25 de Abril de 1917, e desvinculado do Concelho de Santa Catarina. A criação do município do Tarrafal foi enquadrada na nova divisão administrativa protagonizada pelo governo da 1ª República Portuguesa (1910-1926). O Estado Novo instaurado em Portugal na sequência do levantamento militar de 1926, mas com o Salazarismo entre 1933 e 1974 manteve o município, mas nesse período o poder local esteve centrado na figura do Administrador do Concelho que acumulava as funções de Presidente da Câmara, Chefe de Polícia e Juiz, era coadjuvado pelo Regedor

ao nível das Freguesias e Cabos-chefe nas localidades. Esta estrutura deixava pouca margem de intervenção às comunidades, que dependiam em grande medida de ajudas e socorros do Estado, sobretudo nas frequentes fomes resultantes dos anos de seca.

Até inícios da década de setenta do século passado a população da ilha de Santiago era essencialmente rural, pelo que a então Vila do Tarrafal era um pequeno povoado costeiro, residência de comerciantes, poucos funcionários públicos ligados à Administração do Concelho, policia, delegações das brigadas coloniais, pescadores e trabalhadores sem ofício definido, que desempenhavam as tarefas de ocasião.

Com a independência em 1975 o poder local passou a ser representado pelo Delegado do Governo, com alguma abertura, pois os moradores locais participavam, ainda que de forma estreita, na escolha do Conselho Deliberativo, mas havia margem de dúvida e conflitos entre a hierarquia do Estado e do Partido na gestão do Concelho. Com a mudança do regime político em 1991 passou a haver eleições municipais, com a figura da Câmara e da Assembleia Municipal.

Actualmente a Câmara Municipal é constituída por um executivo de 7 membros, o presidente da Camara e seis vereadores; a Assembleia Municipal é constituída por 17 membros eleitos em simultâneo com a Câmara Municipal.

2.1.1. Organização do Território e desenvolvimento económico

Com uma superfície de 112,4 Km², o Concelho do Tarrafal tinha em meados do ano de 2010 uma população de 18 565 habitantes, correspondente a 3,8% da população do País. Havia na altura 4285 agregados familiares distribuídos pelos centros urbanos, semi-urbanos e rurais. Segundo o mesmo Censo 33,3% da população era urbana e 66,7 era rural, o que demonstra elevada dispersão rural em comparação com a média nacional de 61,8% urbano.

O Concelho apresenta uma boa cobertura ao nível do ensino básico, obrigatório até a sexta classe, possui uma rede de nove pólos educativos abrangendo a totalidade do seu território. No horizonte de 2010 havia 2948 alunos do ensino básico, distribuídos por 136 turmas em 23 escolas, nos pólos de Cidade do Tarrafal (Escola Central e Ex-

EBC), Chão Bom, Ribeira da Prata, Achada Moirão, Achada Longueira, Achada Tenda, Achada Lagoa, Trás-os-Montes.

O Ensino Secundário está mais concentrado, havendo duas escolas secundárias funcionando respectivamente na Cidade de Tarrafal e Chão Bom, no ano de 2010 a Escola Secundária da Cidade tinha 1779 alunos dos 7º a 12º anos e a Escola de Chão Bom tinha 771 alunos também dos 7 a 12º ano. O Conselho não possui estruturas de formação profissional nem Escola Técnica, este sector é coberto pela Escola Técnica de Assomada no concelho de Santa Catarina.

No quadro funcional a Cidade do Tarrafal pode ser considerada geminada territorialmente com a urbanização de Chão Bom de Mangue, um aglomerado de crescimento informal mas de grande dinâmica urbana localizado ao Sul da planura costeira onde está a capital do Concelho com desenvolvimento nas faldas da vertente da serra. A designação de Chão Bom contrapõe-se aos terrenos pantanosos dos mangais que dominavam a planura até meados do século XX, onde foi instalado a Colónia Penal. A dinâmica de complementaridade entre os dois núcleos urbanos é importante para a compreensão do perfil desta cidade. Chão Bom apresenta um maior domínio de construções informais, um elevado défice de infraestruturas e equipamentos. É um bairro pesqueiro como a antiga vila, mas detém um combinado de habitação urbana e criação de animais à solta. Entre a antiga Vila e o Chão Bom existe um grande fluxo rodoviário movimentando migrantes pendulares que trabalham na Cidade, comércio informal, estudantes, acesso ao comércio e serviços diversos.

Actividade agrícola

O Concelho do Tarrafal apresenta pouca diversidade no quadro de actividades económicas, sendo a agricultura de sequeiro dominante. Algum regadio, a pecuária, a pesca tradicional, o comércio, a construção e os trabalhos públicos constituem os principais meios de subsistência da sua população. O carácter sazonal da agricultura de sequeiro e a inserção de grande parcela do território em zonas áridas aumenta a vulnerabilidade da população, criando uma grande dependência de trabalhos ocasionais, frentes de trabalhos de emergência, etc.

No horizonte do ano 2000 o sector primário englobava 42,6% da população sendo 28,5% feminino e 14,2% masculino. O sector secundário com 15,4%, o sector terciário ocupando 39,3% da população com destaque para o comércio, serviços diversos, turismo. O sector privado ocupa mais de metade (55,3%) da população. A pobreza abrangia 44,2% da população no ano 2000.

A agricultura de regadio está limitada nas ribeiras do interior do Concelho, a plataforma de Chão Bom mantém uma horticultura intensiva, ocupando os antigos campos da Colonia Penal, mas esta actividade está muito dependente das quedas pluviométricas que reflectem na qualidade e na quantidade da água. Grande parte do espaço cultivável do Concelho é ocupada com a agricultura de sequeiro que depende do volume e distribuição pluviométrico de cada ano. Em 2004 havia no concelho 2854 explorações agrícolas, sendo 740 (25%) localizados no meio urbano. Do total de explorações agrícolas 2090, isto é 73,2% estavam inseridas no andar semi-árido, 94,9% eram culturas de sequeiro. Um elemento notável é o facto de 60,8% dos chefes de exploração agrícola serem mulheres. A feminização da gestão agrícola é dominante nas ilhas de Santiago e São Vicente, onde os homens preferem trabalhos em outros sectores com remunerações mais regulares.

Pecuária

O Concelho do Tarrafal chegou a ter a pecuária como a actividade mais importante e o Brasão de Armas do Concelho no período colonial tinham o timbre de bovinos. No entanto, essa actividade veio a decair ao longo do século XX em anos de sucessivas secas e limitação das áreas de pastagem também associadas ao crescimento demográfico.

Segundo os dados do recenseamento geral de agricultura de 2004⁴ os efectivos pecuários do Tarrafal eram expressivos à escala nacional, mas comparado com outros concelhos da ilha de Santiago, representavam uma posição modesta. Havia 2025 bovinos correspondentes a 13% dos efectivos da ilha de Santiago; os ovinos 2371 cabeça 28%, os caprinos 6488 10%; suínos 6234 correspondentes a 12%. Apenas nos efectivos ovinos o Tarrafal superava os outros concelhos rurais da ilha de Santiago.

⁴ Recenseamento Geral da agricultura 2004

Ressalve-se que a pecuária é uma actividade complementar e integrada na agricultura como acontece em toda a ilha de Santiago, sendo raro uma dedicação exclusiva dos camponeses. Das 2854 explorações havidas em 2004, 91,2% tinha a criação de gado como complemento. Constitui no entanto uma importante fonte de proteínas na alimentação e sobretudo uma reserva de recursos financeiros para os criadores.

Pescas

A pesca, sobretudo a pesca artesanal constitui uma actividade importante na economia de concelho, havendo vários portos de arrasto de botes tradicionais no perímetro do Concelho. Os portos mais importantes são Porto de Mangue na baía verde, Chão Bom e Ribeira das Pratas. De acordo com dados referentes a 2001 no Concelho do Tarrafal 531 famílias dedicavam-se à pesca. Na sua grande maioria, os pescadores utilizam pequenas embarcações abertas, com pequenos motores. O peixe é quase exclusivamente comercializado no Concelho.

Comércio

O Comércio constitui uma actividade económica de grande animação nos centros urbanos e semiurbanos da ilha de Santiago, com destaque para o comércio informal que envolve um grande número de vendedores sobretudo na população feminina. Como acontece nas sedes dos Concelhos o comércio está a jusante das importações, mas também associa actividade de feira com venda de produtos de agricultura, pecuária e pescas, artesanato e gastronomia tradicional.

As mudanças recentes introduziram a venda de materiais de plásticos, roupas, calçados, perfumaria e bugigangas importadas, com a proliferação de vendas nas praças e nas ruas. O sector informal tem dificultado um controlo rigoroso do sector pela administração, mas reconhece-se a sua importância pela população envolvida e sinais exteriores de bem-estar ostentados pelos seus praticantes.

No concelho do Tarrafal, assim como em vários outros pontos do país, o comércio informal envolve mais a camada feminina, tanto para produtos agro-pecuários como para roupas e materiais de uso doméstico.

Turismo

O Turismo e as actividades conexas como a Hotelaria e a Restauração chegaram a ganhar uma certa expressão nas últimas décadas do século XX, mas a falta de investimentos e de modernização deixaram o Tarrafal na retaguarda da concorrência com a emergência de outras ilhas como o Sal e a Boa Vista. Constitui no entanto, uma área de grandes potencialidades pela qualidade das suas praias, diversidade de paisagens, recursos patrimoniais disponíveis além da abundante mão-de-obra juvenil.

2.2. Enquadramento institucional da Governação Urbana

A capital do Município do Tarrafal foi elevada à categoria de Cidade em 2010 através da Lei nº77/VII/2010, embora na altura já era uma vila com as características de um centro urbano. O governo da Cidade é assumido pela Câmara Municipal nos termos dos Estatutos dos Municípios, definidos pela Lei nº134/IV/95 de 3 de Julho, que atribui aos Municípios amplos poderes de gestão sobre o seu território, abrangendo a habitação, o saneamento, o ambiente, a segurança, a saúde e a educação.

No entanto, a gestão efectiva do espaço urbano exige o cruzamento de vários diplomas que versam domínios específicos como o Ordenamento do Território, o ambiente a política de solos, etc., pelo qua a participação do Governo Central é incontornável no domínio das políticas urbanas.

O quadro jurídico de gestão das Cidades que foi instaurado pelo Decreto-Lei nº15/2011 de 21 de Fevereiro regula o **Estatuto das Cidades** e define as orientações da política de capacitação de espaços urbanos em Cabo Verde. Nos termos do artigo 16º deste diploma “*A implementação da política de cidade compete ao departamento Governamental responsável pela área do ordenamento do território, em estreita articulação com os demais departamentos governamentais responsáveis e as autarquias locais*”, O organismo técnico responsável pela política urbana é a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.

A política urbana é implementada segundo uma abordagem descentralizada, em que se destacam os seguintes princípios:

- a) Iniciativa local
- b) Procedimento concursal
- c) Programação estratégica
- d) Parceria e contratualização

Convém destacar que o Estatuto das Cidades surge na sequência de uma renovação do quadro institucional nos domínios do ambiente, ordenamento do território, gestão das terras e cadastro, nomeadamente, Decreto-Legislativo nº1/2006 e 13 de Fevereiro e a sua actualização através do Decreto-Legislativo nº 6/2010 de 21 de Junho. Decreto-Lei nº43/2010 de 27 de Setembro que aprova o Regulamento Nacional de Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico (RNOTPU) que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Enquanto instrumentos específicos da política de cidades são adoptados os seguintes programas operacionais:

- a) Parceria para a renovação e a reabilitação urbana;
- b) Redes urbanas para a mobilidade, conectividade, competitividade e a inovação;
- c) Acções inovadoras para a gestão sustentável dos solo, desenvolvimento urbano inclusivo e propiciadoras de ampliação das redes sociais em favor do reforço da identidade cultural, do desporto, da cidadania, da tolerância e cultura da paz e,
- d) Equipamentos estruturantes do sistema urbano nacional.

Nos termos do artigo 7º do Decreto-Lei nº15/2011 de 21 de Fevereiro são instrumentos de gestão territorial e planeamento urbanísticos: A Directiva Nacional do Ordenamento do Território (DNOT); o Esquemas Regionais de Ordenamento do território (EROT); os Planos Sectoriais do Ordenamento do Território (PSOT); Os Planos Especiais do Ordenamento do Território (PEOT), Planos Urbanísticos: Planos Directores Municipais (PDM); Planos de Desenvolvimento Urbanos (PDU), Planos Detalhados (PD) Planos Intermunicipais do Território (PIMOT). Estes documentos são definidos no âmbito da Lei de Bases de Ordenamento do Território – Decreto Legislativo nº 1/2006 de 13 de Fevereiro e sua correcção pelo Decreto Legislativo nº 6/2010 de 21 de Junho.

No âmbito local a Câmara Municipal do Tarrafal é constituído por um executivo de 7 membros, tendo em consideração a população do Concelho entre 10 000 e 30 000 habitantes. O presidente da Câmara acumula os Pelouros de Administração e Segurança, Relações Exteriores e Coordenação Geral. Existem ainda os Pelouros de Urbanismo e Infraestruturas Municipais; Meio Ambiente, Qualidade de Vida, Água e Saneamento; Segurança, Ordem Pública, Protecção Civil e Bombeiros; Cultura e Desportos; Actividades Económicas e Cooperação.

A Assembleia Municipal é constituída por 17 membros (sendo a assembleia em vigor em Janeiro de 2012, constituída por 12 deputados do MPD e 5 do PAICV).

Governança urbana e participação

A participação popular constitui um dos eixos da política actual de gestão urbana, de acordo com o Estatuto das Cidades: *“As autarquias devem adoptar um modelo de gestão orçamental participativa, que inclui a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas de plano plurianual, da lei de enquadramento orçamental e da proposta do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pelo respectivo órgão executivo colegial. (artigo 20º).”* *“ As autarquias devem promover a participação da população e das associações representativas dos vários segmentos da comunidade, de modo a garantir o controlo directo de suas actividades e o pleno exercício da cidadania (artigo 21º do Estatuto das Cidades) ”.*

No quadro actual da comunidade do Tarrafal, não se poderá falar de uma sociedade civil organizada e activa, com capacidade de intervenção junto dos poderes públicos instituídos, nomeadamente governo central, câmara municipal, tribunais, igrejas, etc. A herança histórica, com passado pelo período colonial, os sucessivos modelos de poder local, a grande dependência do sector público, nomeadamente empregos no Estado e nas frentes de alta intensidade de mão-de-obra (FAIMO), são factores que inibem a intervenção das comunidades do Tarrafal numa Governança activa para defender os seus interesses.

No entanto, não significa ausência de espírito de Governança junto das comunidades da ilha de Santiago, mormente no Concelho do Tarrafal. O espírito cooperativo e a criação de mutualismos remontam ao fim do período escravocrata na segunda metade do século XIX, os camponeses pobres constituem irmandades de ajuda mútua, “*djunta mó*” na solução de um grande leque de problemas e interesses comuns, nomeadamente nos trabalhos agrícolas, construção de casas, enterros dos seus familiares, festas tradicionais, etc., corporizadas nas *Tabancas*, associações funerárias, bandeiras, irmandades de rezas e festas dos santos padroeiros.

No plano das construções habitacionais, sobretudo nas camadas mais pobres, em regra as obras são feitas com recurso ao “*djunta mó*”, com a participação de familiares, vizinhos e amigos em todos os actos de construção das casas, a participação voluntária nos trabalhos de betão, etc.

Na promoção de habitação social, tem havido grupos organizados como as cooperativas de habitação, ONGs, acções caritativas, que promovem a requalificação urbana e construção de habitação para as classes mais pobres.

Ressalve-se que um número considerável de Associações de Desenvolvimento Comunitário (ADC) surgiram com grande dinâmica na década de noventa do século passado (XX), essas associações, federadas na Plataforma das ONGs, e na ilha de Santiago congregadas no OASIS⁵, têm promovido actividades diversas, sobretudo actividades de rendimento junto das comunidades nos domínios de agricultura de regadio e pecuária. Estabelecem contratos-programa com o Governo Central, com ONGs internacionais e agências de cooperação em obras de correcção torrencial, silvicultura, protecção de solos e águas, construção de obras comunitárias. As associações comunitárias apresentam um grande dinamismo na Governança local, mas têm sido frequentes os conflitos com algumas Câmaras Municipais que as tem identificado como uma estratégia do Governo central para diminuir o protagonismo das Câmaras junto das comunidades.

⁵ Organização das Associações Comunitárias da Ilha de Santiago.

De acordo com dados da Plataforma das ONGs, no Concelho do Tarrafal estão inscritos sete associações comunitárias, com estatuto de organização não-governamental.

Quadro 2
Lista das ONGs do Tarrafal em Janeiro de 2012

Nome	Domínio de actividade	Zona geográfica
Associação dos moradores de Monte Iria e Ponta Gato	Desenvolvimento comunitário	Monte Iria e Ponta Gato
Associação Cívica de Chão Bom	Desenvolvimento Comunitário, educação, habitação social e formação profissional	Tarrafal – Chão Bom
Liga das Associações juvenis do Tarrafal	Formação profissional, Informação e educação	Tarrafal
Associação de Solidariedade e Acção Social	Combater as desigualdades sociais através da solidariedade para o bem-estar da população	Tarrafal
Associação Sport Club Real Júnior	Desenvolvimento comunitário, prática do desporto principalmente futebol e cultura	Tarrafal
Associação das batucadeiras raiz de “ <i>Tarrafi</i> ”	Promoção da cultura cabo-verdiana, nomeadamente do Batuque	Tarrafal /País
Agro-Colonato – associação dos agricultores e criadores do Colonato	Agro-silvo-pastoril, meio ambiente, desenvolvimento comunitário, educação, formação, promoção feminina, actividades geradoras de rendimento	Colonato de Chão Bom, Tarrafal

Fonte: Plataforma da ONG 2012

2.3. Mobilização de recursos para a governação urbana

A fonte de recursos para a governação urbana provem sobretudo do Governo Central e da Camara Municipal. Como acontece na maioria dos municípios de Cabo Verde a maior fonte de recursos financeiros provem da transferência do Governo Central.

Os Municípios têm finanças e património próprios, cuja gestão compete aos respectivos órgãos autárquicos no âmbito da autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A Lei nº 79/VI/2005 de 5 de Setembro estabelece o regime financeiro das autarquias locais. No presente momento a principal fonte de financiamento dos municípios provém das verbas transferidas pelo Governo Central, fundo de financiamento municipal, Pana II, as vendas de terrenos, os impostos, as taxas e as coimas cobradas localmente são insuficientes para sustentar as Câmaras Municipais e realizar obras nos Concelhos.

No actual quadro institucional, a mobilização de recursos para a governação urbana são da competência do Governo Central e da autarquia. Numa perspectiva inovadora, o Decreto-Lei 15/2001 de 21 de Fevereiro, que regulamenta os Estatutos das Cidades, no seu artigo 10º estipula as parcerias para a renovação e reabilitação urbana. Nos termos do articulado, as parcerias locais além do município podem integrar empresas, associações empresariais, cooperativas, serviços de administração central e outras entidades do sector público, concessionários de serviços públicos, em particular na área de infraestruturas, ambiente, saneamento, energia e água, instituições de ensino, formação profissional e investigação, organizações não-governamentais, moradores e suas associações e outros actores urbanos portadores de projectos relevantes para a regeneração urbana do território em causa e para a qualificação da sua inserção no conjunto da cidade.

A mobilização de recursos poderá ser alargada com a participação dos emigrantes oriundos do Concelho que possuem empresas ou importantes recursos financeiros nos países de acolhimento. As câmaras geminadas também constituem parceiros importantes na troca de experiencias e mobilização de recursos para a governação urbana.

As ONG e as associações que operam no Concelho têm mobilizado fundos por iniciativa própria, além de contratos-programa com o Governo Central e Municipal, tem havido parcerias com ONG internacionais e agências de cooperação de países amigos.

2.4. Formação e capacitação para a governança urbana

A formação dos líderes das associações comunitárias constitui um grande desafio na promoção do desenvolvimento a partir das comunidades. Geralmente têm havido acções de formação, sobretudo nos temas de liderança, animação comunitária, gestão e contabilidade, promovidas pela Plataforma das ONG e várias instituições têm usado as associações como canal de formação para as comunidades. A titulo de exemplo destacamos o Programa de Luta Contra o VIH/Sida, o Instituto para a Igualdade do

Género, mas também vários outros serviços concelhios do Estado que têm usado esse canal para chegar às Comunidades.

A formação também deve ser orientada para a administração municipal tanto nos cargos administrativos como nos cargos políticos e deve ser versada sobre a dinâmica da legislação no sector bem como na dinâmica social e urbana em curso no país e no mundo.

No âmbito de promoção da habitação e desenvolvimento urbanos devem ser criados programas específicos para as associações existentes ou que venham a existir nos próximos tempos.

3. Alojamento e Condições de Vida nos Bairros informais

3.1. Caracterização dos bairros informais do Tarrafal

Como foi visto antes a Cidade do Tarrafal evoluiu a partir de uma aldeia portuária que teria assumido as funções de capitalidade do Concelho de Santa Catarina nos finais do século XIX. A área urbana limitava-se à antiga vila colonial, residência de quadros administrativos e comerciantes no entorno da praça municipal, onde se situavam a igreja e a escola principal. Nos bairros pobres residiam os pescadores e trabalhadores ocasionais. Registamos que até a década de sessenta do século XX, a população da ilha de Santiago era essencialmente rural acontecendo o mesmo no concelho do Tarrafal, pelo qua a então vila do Tarrafal tinha uma modesta dimensão no quadro dos centros urbanos do País.

A emigração voltada para a Europa, sobretudo a partir da década de setenta, teve grande influência na expansão da vila e melhoria das suas casas, pois os emigrantes começaram a instalar as suas famílias nos centros urbanos, pelas vantagens de acesso rodoviário e de telecomunicações.

Foi neste contexto que a vila do Tarrafal entrou em rápida expansão como aconteceu em todos os centros urbanos da ilha. O abandono das aldeias rurais remotas também foi provocado pela persistência da seca, por esta razão, as populações pobres

excedentárias da actividade agrícola, migraram para a Cidade da Praia, mas também para as sedes concelhias residindo nas proximidades das autoridades administrativas. Este quadro criou uma disparidade de tipos de construções nos centros urbanos, já que as populações mais pobres construíram habitações mais modestas, muitas vezes casas inacabadas com menos divisão, em bairros pobres ou em terrenos marginais.

A então vila do Tarrafal e a vizinha aldeia de Chão Bom não acompanharam o rápido crescimento demográfico com a instalação de infraestruturas e de equipamentos urbanos, gerando o quadro caótico, com manifesta coabitação de vivência rural e urbana, nomeadamente criação de animais nas ruas, nos terraços e nos quintais, vida à porta aberta, lavagem de roupa e cozinha e outras actividades domesticas em plena rua.

No plano económico a migração das aldeias remotas para a Cidade gerou a concentração do desemprego na área urbana, onde entretanto as actividades informais de sobrevivência apresentam um maior leque de alternativas.

À semelhança do que acontece nos pequenos centros urbanos da ilha, na Cidade do Tarrafal uma grande parte da população vive em casas próprias, como vimos as construções são feitas através de “*djunta mó*” e as obras avançam paulatinamente em função dos recursos disponíveis, dominando uma paisagem de casas inacabadas, de cor cinzenta dos blocos sem pintura nem caiação.

De acordo o Censos do ano 2000, 88,1% da população vivia em casas independentes e 11,9% em apartamentos. Na Cidade não existem barracas, nem construções de materiais frágeis como madeira, chapa metálica ou cartão tipo “*bidonvilles*”. As construções espontâneas são dominadas por casas de blocos de cimento e cobertas de betão ou de telha, geralmente estão inacabadas por razões já expostas. As grandes limitações de conforto estão associadas ao deficiente acesso às infraestruturas e serviços urbanos, inexistência de rede de água e esgotos, falta de pavimento nas ruas, energia eléctrica deficiente.

Registe-se no entanto que nos últimos anos o acesso à rede de água e energia eléctrica tem aumentado substancialmente havendo ainda dificuldades no seu regular abastecimento. Analisando as estatísticas para o Conselho do Tarrafal verificamos que

53% das residências possui 3 a 4 divisões e 70% tem pavimento cimentado e 29% tem piso em mosaico; 54,7% tem cozinha no interior das residências, mas 46% não possui sistema de evacuação de águas residuais, 40,2% não tem electricidade e 32,% não tem água canalizada.

Os edifícios mais antigos são de estilo clássico, de um piso, totalmente concluídos, correspondendo na maior parte cada edifício a uma moradia e destinado quase exclusivamente à habitação.

Quadro 3
Tipo de alojamento no Concelho do Tarrafal

Tipo de alojamento	%
Moradia Independente	88,1
Apartamento	11,9
Barraca (casa, lata bidão, madeira)	0,0
Contentor	0,0
Improvisado em edificio (garagem ou escola)	0,0
Outro local habitado	0,0
Agregado familiar num alojamento colectivo	0,0
ND	0,0
Total	100

3.2. Enquadramento institucional dos bairros informais

Em Cabo Verde todos os cidadãos têm direito a habitação condigna nos termos da Constituição, pelo que a existência de bairros degradados e as construções clandestinas constituem anomalias associadas a constrangimentos circunstanciais. Nos termos do Artigo 72º (direito à habitação) do texto da **Constituição da Republica de Cabo Verde**, com a revisão de 2010:

1. *Todos os cidadãos têm direito a habitação condigna.*
2. *Para garantir o direito à habitação, incumbe, designadamente, aos poderes políticos:*
 - a) *Promover a criação de condições económicas, jurídicas institucionais e infra-estruturais adequadas, inseridas no quadro de uma política de ordenamento do território e do urbanismo;*

b) Fomentar e incrementar a iniciativa privada na produção de habitação e garantir a participação dos interessados na elaboração dos instrumentos de planeamento urbanístico.

A regulação do sector de habitação nos bairros informais no Tarrafal não difere da modalidade existente em todo o País. Tanto no meio urbano como no espaço rural, domina a habitação familiar promovida pelos próprios moradores. Segundo os dados do QUIBB para 2007, 71,5% das famílias do Concelho residia em casa própria, sendo apenas 5,7 % em casas arrendadas, havendo no entanto, 21,9% residentes em casas cedidas, mas o quadro de cedência acontece sobretudo no espaço rural onde o êxodo deixa muitas casas sem residentes.

O arrendamento é uma prática mais frequente nos centros urbanos, onde habitam funcionários e quadros provenientes de outros concelhos e muitas vezes de permanência temporária, mas geralmente não é habitual nos bairros espontâneos onde cada família constrói a sua residência, sobretudo nos pequenos centros urbanos como é o caso em estudo.

Na cidade do Tarrafal não existe o que podemos denominar de bairros sociais, pelo que cada família cuida da sua habitação em função dos rendimentos próprios. Nos primeiros anos depois da Independência foi criado o Instituto de Fomento de Habitação, antecedente da Imobiliária Fundiária e Habitação (IFH), que chegou a construir um prédio na Vila do Tarrafal, mas não alcançou o desiderato de promoção da habitação social, nem resolveu a demanda de casas para os quadros como estava previsto no I Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985).

3.3. Mobilização de recursos para os bairros informais

O crescimento de bairros espontâneos resulta da elevada incidência da pobreza nos centros urbanos, sobretudo na população que migra para as cidades na perspectiva de encontrar melhores condições de vida. O problema persiste porque a situação de pobreza se reproduz e a franja da população que não tem acesso aos benefícios do crescimento económico do País tem permanecido na pobreza, que continua a expandir

nos bairros espontâneos com a vinda de gente pobre, incluindo imigrantes da África Ocidental. A inexistência de uma política de habitação social está na base da grande carência de habitação hoje constatada em todas as cidades do País e Tarrafal não escapa à regra.

Considerando a grave crise de habitação reinante no País o Governo tem em curso um programa de habitação social denominado “Casa para Todos”. Neste quadro o Concelho do Tarrafal deverá receber com apoio do Governo central 125 casas, sendo 50 de classe A, 50 de classe B e 25 de classe C.

Quadro 3
Município do Tarrafal (construções previstas até 2014)

Classe A	Classe B	Classe C	Total
50	50	25	125

A construção de habitação de interesse social resulta de um acordo de financiamento entre os governos de Cabo Verde e de Portugal e estabelece as seguintes classes de construção abrangendo as categorias de rendimento das famílias:

Classe A – composta por cidadãos cujo limite de rendimento mensal bruto do agregado familiar bruto não ultrapasse os 40.000\$00 ou 8.000\$00 *per capita*

Classe B – composta por cidadãos cujo limite de rendimento mensal do agregado familiar bruto seja superior aquele definido para Classe A e não ultrapasse os 100.000\$00 ou 20.000\$00 *per capita*

Classe C – composta por cidadãos cuja renda mensal do agregado familiar bruta seja superior aquelas definidas para as classes A e B e não ultrapasse 180.000\$00 ou 36.000\$00 *per capita*.

No entanto, existem experiências pontuais de promoção de habitação social através de Cooperativas e ONG, citamos a título de exemplo a Citi-Habitat (sediada na Praia) uma ONG que tem promovido acções de requalificação urbana e construção de habitação para as camadas mais vulneráveis. O Município também constitui um parceiro natural no apoio à construção social, na cedência de terrenos, plantas modelo, ajuda com materiais de construção, mas os recursos são muito limitados ao nível concelhio.

De qualquer forma a melhoria das condições de habitação nos bairros espontâneos do Tarrafal passa pela promoção de bairros sociais, construção de habitação a preços acessíveis aos pobres, considerando a elevada incidência da pobreza no concelho, melhor integração económica dos bairros espontâneos onde vivem geralmente pessoas desempregadas, mulheres chefe de família com emprego precário e ocasional.

O financiamento poderá ser mobilizado tanto pelo Governo Central como pelo municipal podendo haver parceria publico- privado ou em contrapartida às instalações de unidades turísticas no Concelho, ou cedência de terreno às empresas imobiliárias exigindo parcelas destinadas à residência social.

A Câmara Municipal tem desenvolvido acções que têm como objectivo, reduzir o fosso de desenvolvimento entre o meio rural e o meio urbano, no sentido de travar o êxodo rural e fazer o aproveitamento mais adequado do território, em toda a sua extensão, enquanto factor de desenvolvimento.

De entre os projectos prioritários para 2010, destacam-se:

- Construção de redes viárias urbanas e rurais;
- Prossecução dos trabalhos de electrificação, de adução e abastecimento da água;
- Reabilitação e manutenção de estradas municipais;
- As obras de reabilitação e equipamento do mercado de Chão Bom;
- A construção de poli-desportivos nas zonas rurais;
- A construção de centros comunitários nas zonas rurais;
- A reparação de centros comunitários, jardins infantis e poli-desportivos;

3.4. Formação e capacitação para melhoria dos bairros informais

A formação a capacitação constituem medidas educativas de promoção de cidadania e vida urbana nas cidades, lembramos que a precariedade nos bairros informais não resulta apenas da qualidade das habitações, resulta também de hábitos e padrões culturais que condicionam a gestão dos resíduos, uso da água, entre outros.

A incidência de doenças associadas à pobreza, a violência doméstica, a delinquência são casos frequentes nesses bairros. Nesta perspectiva a formação constitui uma medida necessária para os bairros espontâneos, sobretudo nos domínios de educação ambiental, educação para cidadania, gestão de recursos familiares, empreendedorismo e actividades geradoras de rendimento e promoção de microcrédito.

Os programas de formação deverão ser orientados para todos os actores que intervêm na cidade, tanto para a classe política e administrativa como para os moradores dos bairros informais.

4. Segurança Urbana na Cidade do Tarrafal

4.1. Caracterização da segurança urbana na Cidade

A Segurança Pública nos bairros espontâneos do Tarrafal é garantida pela Policia Nacional, nos termos do Decreto-Legislativo nº6/2005 de 14 de Novembro, à semelhança ao que acontece em todo o território nacional. Na cidade do Tarrafal existe uma esquadra de polícia dependente do Comando Regional de Santa Catarina, sediada na Cidade de Assomada. O serviço de ronda faz a cobertura de todo o território do Concelho.

No quadro da segurança urbana existe um Corpo de Bombeiros voluntários junto da Câmara Municipal. A reduzida dimensão do perímetro urbano permite o rápido acesso da polícia ou dos bombeiros a todos os bairros da Cidade a partir da esquadra. O único constrangimento está associado à deficiente qualidade do piso nos bairros espontâneos sem pavimentação e muitas vezes obstruídas pela acumulação de escombros e matérias de construção nas vias.

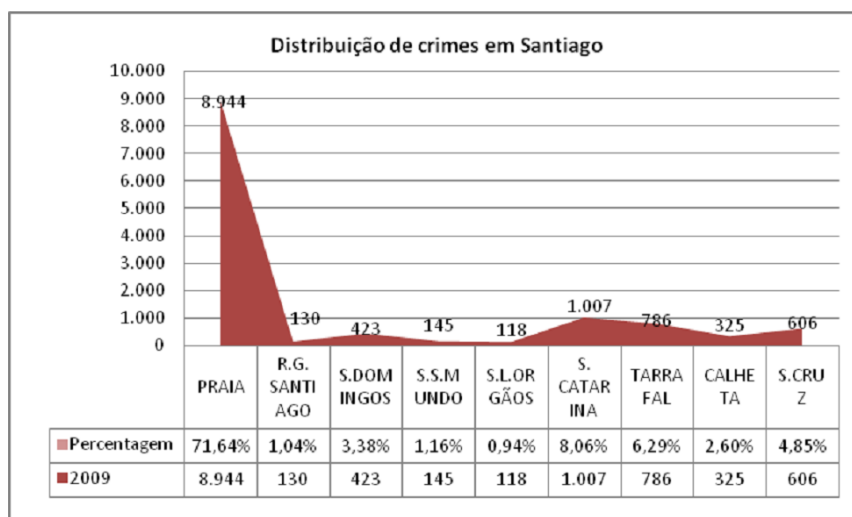
O Serviço Nacional de Protecção Civil não possui delegação no Concelho, mas constitui um recurso de cobertura nacional para casos graves de riscos de grande envergadura.

4.2. Enquadramento institucional da segurança urbana

A segurança pública urbana é da competência da Policia Nacional nos termos da lei, como vimos na Cidade do Tarrafal existe uma esquadra, mas ainda existe a possibilidade de mobilizar recursos adicionais do comando de Santa Catarina em casos especiais.

A boa qualidade das telecomunicações no interior da cidade, tanto na rede fixa como na móvel permite a qualquer morador solicitar socorro policial ou de outra instituição 24 horas por dia.

As estatísticas policiais para o Concelho não apresentam um quadro alarmante, comparando os dados com outros concelhos da ilha de Santiago e do País. O quadro de criminalidade não apresenta um cenário preocupante pela dimensão do concelho comparado aos outros concelhos da ilha. De acordo com as estatísticas policiais os crimes contra as pessoas com maior incidência são as ofensas corporais, ameaças e injúria. Os crimes contra as propriedades são abuso de confiança, furto na residência e roubo na residência, mas o número de casos não ultrapassa de meia centena por ano.



Fonte: Policia Nacional

A Camara Municipal tem trabalhado em parceria com a Polícia Nacional no Concelho, apoiando com meios materiais, envolvendo um conjunto de medidas no sentido de promover:

- Um policiamento preventivo e de proximidade;
- A presença de agentes da Polícia Nacional, nos locais de afluência e de concentração de pessoas;
- A sensibilização e o envolvimento da sociedade civil nas questões de segurança e de combate à criminalidade;
- A luta contra a exclusão social;

No âmbito de parceria com o Serviço Nacional da Protecção Civil, está sendo melhorado e reforçado o funcionamento do Centro de Protecção Civil cuja principal atribuição consiste na intervenção e na prestação de socorros em caso de sinistralidade. Até ao horizonte de 2015 prevê-se:

- A continuação da procura de financiamento para a construção e equipamento de um centro de protecção civil;
- O apoio à Associação dos Bombeiros Voluntários no sentido de promover a legalização da respectiva associação e de criação de condições para a sua instalação e funcionamento;
- A dotação do serviço de protecção civil de uma viatura de combate ao incêndio;
- A criação de um serviço de salva-vidas aquáticos durante a época estival.

4.3. Mobilização de recursos para a segurança urbana

A mobilização de recursos inscreve-se na melhoria das condições de cobertura da Policia de Nacional a todo o Concelho do Tarrafal, não havendo necessidade de serviços específicos no interior de bairros espontâneos. No entanto a melhoraria dos acessos e circulação, nomeadamente a pavimentação das ruas e melhoria da iluminação pública, remoção de escombros e restos de construção, poderão melhorar o acesso da polícia e bombeiros em caso de emergência.

Os bombeiros voluntários precisam de reforço e modernização dos equipamentos exigindo a mobilização de recurso através do Município e do Governo Central, sendo importante o canal das geminações à semelhança do que acontece noutros municípios.

4.4. Formação e capacitação para a segurança urbana

A segurança preventiva poderá ser conseguida através da formação cívica dos moradores na perspectiva de diminuição da incidência da violência e delinquência nos bairros espontâneos. Essas acções de formação poderão ser realizadas numa parceria entre a Camara Municipal e as associações comunitárias de base.

No âmbito de segurança civil a mobilização e a formação de voluntários no seio da camada juvenil será um investimento prioritário na promoção da cidadania nos bairros espontâneos, a Camara Municipal deverá mobilizar meios para o efeito contando com a experiencia da Cruz Vermelha de Cabo Verde e de grupos juvenis voluntários, nomeadamente o Corpo de Escuteiros.

5. Serviços Urbanos de Base na Cidade

5.1. Caracterização dos serviços urbanos de base na cidade do Tarrafal

A carência das infraestruturas e equipamentos urbanos constitui o maior estrangulamento dos centros urbanos da ilha de Santiago e mormente da Cidade do Tarrafal, com maior incidência nos bairros espontâneos. No entanto tem havido notáveis melhorias nos últimos anos em relação ao abastecimento de água e energia eléctrica ao domicílio, persiste problemas sérios no âmbito da regularidade de fornecimento e qualidade dos serviços.

A rede de esgotos continua muito precária em toda a Cidade sendo em regra, inexistente nos bairros espontâneos. A recolha de resíduos urbanos tanto líquidos como sólidos continua muito deficiente e a agravar perduram hábitos culturais como o

vazamento do lixo em qualquer área livre de construção e a circulação de animais à solta nas ruas.

Abastecimento de água e saneamento

O abastecimento de água constitui um dos grandes problemas de Cabo Verde tanto no espaço rural como nos centros urbanos. Na cidade do Tarrafal o abastecimento de água é assegurado pela Concessionária Municipal - Serviço Autónomo de Água e Saneamento (**SAAS**), que gere a exploração das infra-estruturas de abastecimento de água: captação, tratamento, e distribuição para consumo público.

O sistema de abastecimento de água no Concelho compreende mais de 90 quilómetros de rede. A totalidade de água para consumo doméstico e industrial é proveniente de captações subterrâneas, mediante furos, localizando-se todas as captações actualmente em serviço no território concelhio.

As melhorias registadas, sobretudo nos centros urbanos, permite às famílias maior acesso à água potável, continua a haver ciclos de crises associadas às dificuldades de abastecimento regular e em água de boa qualidade. De acordo com os dados dos Censos de 2010, no concelho do Tarrafal 67,3% das casas estavam ligadas à rede pública o que representa uma taxa superior aos 54,4% que representa a média nacional. Na mesma data 50% das casas possuía instalações sanitárias; 31% tinha banheira com duche ou com chuveiro. No entanto apenas 5% estava liga à rede de esgotos e 48% tinha fossa séptica.

Energia doméstica

Em meados de 2010 59% das casas estavam ligadas à rede eléctrica, muito abaixo da média de 80% para o todo nacional. Como acontece nos bairros espontâneos o roubo de energia constitui um problema de ligação aos domicílios.

Em relação à energia doméstica, 69% das casas tinha cozinha ou kitchenette, no entanto cerca de 52% das famílias usava a lenha como combustível básico na confecção dos alimentos contra os 48 de gás.

Serviços de transportes urbanos

Os transportes são assegurados por todas as localidades servidas de rodovia, geralmente dominam os transportes privados, em mini-bus (*Hiace*) e carrinhas de caixa aberta. A exploração de carrinhas constitui uma actividade de grande dinâmica como nos outros concelhos da ilha, sendo uma área de investimento de muitas famílias de emigrantes.

O Município assegura o transporte de alunos para os estabelecimentos escolares, sobretudo a nível do ensino secundário no plano de assistência social.

Situação de saúde

A rede de saúde pública está assegurada pelo Centro de Saúde do Tarrafal com 29 camas, dois postos sanitários, respectivamente em Chão Bom e Chã de Junco, oito unidades sanitárias de base (USB). Em recursos humanos o Concelho tem 5 médicos, 13 enfermeiros, sendo um médico para 3713 habitantes e um enfermeiro por 1687. A Delegacia de Saúde apresenta algumas carências em termos de equipamentos os casos mais graves são evacuados para o Hospital Regional de Santiago Norte na Santa Catarina ou Hospital Central da Praia.

No âmbito da saúde publica tanto os serviços municipais como as delegacias regionais deverão trabalhar em concertação com a estrutura educativa que tem escolas em todas as aldeias. Por esta via a rede do sistema educativo constitui um importante parceiro na promoção da qualidade do ambiente no Município.

Telecomunicações

O serviço de telecomunicação apresenta uma grande cobertura apesar dos preços elevados, mas por razões culturais como forte ligação a familiares ausentes no estrangeiro, na generalidade das famílias existe telefone pelo menos ao nível de telemóvel.

Gestão urbana

A elaboração do Plano Director Municipal, co-financiada pela Cooperação Austríaca, complementada com a elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano e dos Planos Urbanísticos Detalhados dos principais aglomerados populacionais deixou o Município dotado dos principais instrumentos de gestão do solo, no decorrer de 2010, quais sejam:

- A aprovação e homologação do projecto do Plano Director Municipal, feito em 2002;
- A elaboração e aprovação dos anteprojectos do Plano de Desenvolvimento Urbano dos principais centros populacionais do concelho;
- A Prossecução dos trabalhos de construção de mais espaços verdes e de substituição das plantas decorativas nas principais artérias da Vila;
- A prossecução dos Trabalhos de arruamento, de calcetamento, sobretudo em Vila e em Chão Bom.

5.2. Enquadramento institucional dos serviços urbanos de base

Nos termos do artigo 29º dos Estatutos dos Municípios (Lei n.º 134/IV/95, de 03 de Julho) o saneamento básico e a salubridade das cidades é atribuição do Município no que respeite a:

- a) Estabelecimento e gestão do sistema municipal de abastecimento de água, nos termos da lei;
- b) Estabelecimento e gestão do sistema municipal de esgotos, descarga, evacuação e reutilização de águas usadas ou residuais;
- c) Estabelecimento e gestão do sistema municipal de recolha, tratamento, aproveitamento ou destruição de lixos e de limpeza pública;
- d) Estabelecimento e gestão de cemitérios;
- e) Disciplina de enterramentos e actividade funerária;
- f) Estabelecimento e gestão dos sistemas de drenagem pluvial;
- g) Estabelecimento de uma rede de tratamento de controlo de qualidade da água.

A Camara Municipal do Tarrafal já aprovou o PDM, e tem em curso o PDU da Cidade e de Chão Bom. Em termos de Planos Sectoriais (PEOT) elaborou a Plano Ambiental Municipal no âmbito do PANA II, que entrou em vigor em 2005. O DNOT e o EROT, já foram elaborados no âmbito nacional, têm em curso a sua aplicação.

O estatuto das cidades, promulgada através do Decreto-lei nº15/2001 de 21 Fevereiro, constituirá uma base institucional importante na gestão urbana nos tempos vindouros.

5.3. Mobilização de recursos para os serviços urbanos de base

Neste domínio poderá haver a mobilização de recursos tanto pela Câmara Municipal como pelo Governo Central no quadro de requalificação urbana e promoção da habitação social. A elevação das capitais concelhias ao título honorífico de Cidade tinha em vista a sua requalificação no âmbito nacional pelo que se espera do Governo Central a mobilização de recursos para o cumprimento desse desiderato.

Os recursos podem ser mobilizados no quadro do previsto nos Estatutos das Cidades, com a requalificação dos centros urbanos numa parceria concertada envolvendo os Governos central e municipal, as empresas do sector imobiliário e os moradores. No âmbito municipal a Câmara poderá recorrer ao financiamento através de recursos próprios ou mobilização de recursos através de parceria com o sector privado no quadro de contrapartidas de urbanizações turísticas e promoção imobiliária atraindo investidores criando cenários atractivos.

Um sector não negligenciável é a participação das associações de desenvolvimento comunitário na execução de contratos-programa ou ainda na requalificar os bairros através dos trabalhos de emergência tipo FAIMO, aliás experiencia já usada em outras ilhas que criaram frentes de trabalhos de emergência na pavimentação das vias nos bairros.

5.4. Formação e capacitação para os serviços urbanos de base

A formação para esse sector enquadra-se na perspectiva de educação ambiental para uma vivência urbana nomeadamente gestão de resíduos, consumo de água e uso de equipamentos e infraestruturas comunitários.

As acções de formação poderão ser realizadas em parceria com as associações comunitárias, grupos juvenis organizadas, ou ainda através do ensino formal através das escolas, com o envolvimento de alunos e professores do ensino básico e secundário.

6. Ambiente e Riscos Urbanos na Cidade do Tarrafal

6.1. Caracterização dos riscos urbanos na Cidade do Tarrafal

Apesar do quadro precário do saneamento da cidade do Tarrafal o cenário não poderá ser considerado alarmante. Em regra os bairros espontâneos não estão instalados em terrenos sujeitos a riscos naturais graves, isto considerando como riscos naturais mais prováveis para a ilha, a seca, as inundações provocadas pelas chuvas torrenciais, a passagem de ciclones, pragas, erupção vulcânica e terramoto; sendo os últimos casos sem registo histórico.

Perante esse cenário o risco de catástrofe natural associado às secas é de abrangência nacional pelo que os mecanismos de gestão ultrapassam o quadro da Cidade do Tarrafal. Existem poucas casas nas proximidades das linhas de água, porque a Cidade se desenvolve na plataforma costeira em cotas relativamente altas, no entanto a passagem de ciclones com ventos fortes⁶ poderá provocar grandes estragos em construções precárias e inacabadas, sendo um risco potencial. As pragas como a ocorrência é a invasão de gafanhotos do deserto (*Schistocerca gregaria*)⁷, com maior incidência nos campos agrícolas e constituem um problema de âmbito nacional.

⁶ A passagem de ciclone com mais sequela foi em 1984 deixando 30 mortes no arquipélago.

⁷ A última invasão com sequela foi no início da década de quarenta do século XX

O deficiente saneamento urbano cria condições de vulnerabilidade e risco às epidemias de grande incidência comunitária como a cólera, a dengue, o paludismo, o tifoide, etc. com maior incidência nos bairros espontâneos, com abastecimento deficiente de água, incidência da promiscuidade, acumulação de lixo e maior taxa de pobreza familiar. O Conselho do Tarrafal foi vulnerável em todas as epidemias que nos últimos anos chegaram à ilha de Santiago e até meados do século XX teve muitos casos de paludismo.

Nesta perspectiva o principal risco ambiental nos bairros espontâneos está associado à gestão urbana, com a prevalência de condições precárias de habitação, deficiente abastecimento em bens essenciais como água e energia e deficiente recolha de resíduos. A vulnerabilidade aos riscos aumenta pela alta incidência da pobreza e irregularidade no emprego.

A melhoria do quadro do ambiente urbano exige a concertação de esforços entre a Câmara Municipal, Delegacia de Saúde, segurança civil e a comunidade.

6.2. Enquadramento institucional dos riscos urbanos

A gestão do ambiente de riscos urbanos deve ser vista numa perspectiva sistémica e intersectorial. Na Câmara Municipal existe um pelouro responsável pelo saneamento e pela qualidade do ambiente, que responde pelo quadro do ambiente urbano em toda a cidade. A Câmara Municipal possui um corpo de Bombeiros voluntários e está sendo equipado de modo a responder a casos locais de emergência e protecção civil.

No entanto o Ministério do Ambiente e o Ministério de Saúde possuem delegações no Concelho que devem zelar pela qualidade do ambiente natural e social da comunidade, bem como diminuir a incidência de riscos em caso de catástrofes.

O Serviço Nacional de Protecção Civil sediada na Cidade da Praia constitui a instituição pública responsável pela protecção civil em todo o território nacional, sobretudo em casos de grande envergadura, tem mecanismo de alerta que trabalha em

parceria com todas as Câmaras Municipais, envolve as Forças Armadas e a Polícia Nacional. Existem ainda outras ONG como a Cruz Vermelha de Cabo Verde que possui antena no Concelho e entra em acção em casos de emergência urbana.

6.3. Mobilização de recursos para os riscos urbanos

A gestão de riscos urbanos está na estreita ligação com a requalificação dos bairros espontâneos. Em regra, não existe uso de materiais inflamáveis como a madeira na construção de habitações, esta prática diminui os riscos de incêndios de grande envergadura ou abrangendo casas em série, mas as ruas obstruídas poderão dificultar a acção dos bombeiros.

O baixo nível de saneamento e a permanência de um elevado número indivíduos em espaços exíguos favorecem o alastramento das epidemias nesses bairros, pelo que basicamente deverão ser mobilizados recursos para a melhoria das casas e debelar a situação de pobreza nos bairros espontâneos.

A educação ambiental poderá ser feita através das escolas e directamente nas comunidades, numa acção concertada entre o Município as Delegações do Governo instalados no Concelho e as associações comunitárias de base usando para efeito os recursos previstos no âmbito do PANA II e ainda recursos mobilizados junto das organizações internacionais.

6.4. Formação e capacitação para a gestão dos riscos

A formação deverá ser equacionada em concertação com as rubricas já analisadas, nomeadamente nos domínios de comunicação, informação e sensibilização nos domínios de ambiente, cidadania e saúde pública, envolvendo as associações comunitárias de base com apoio da Camara Municipal e das Delegações Concelhias do Governo central.

A formação e a capacitação poderão ser orientadas na criação do voluntariado de protecção civil, como o Corpo de Bombeiros, Cruz Vermelha, Escuteiros, etc.

7. Género e VIH-Sida nos Bairros Informais do Tarrafal

7.1. Caracterização da situação de género e do VIH/Sida na cidade do Tarrafal

7.1.1. Género e habitação nos bairros informais

Na ilha de Santiago, geralmente a tarefa de construção da habitação compete ao homem que, segundo a tradição, mantém a gestão e o controlo dos principais recursos da família, como terra, gado, habitação, equipamentos. A emigração para a Europa a partir da década de setenta do século XX, deixou muitas famílias sob a gestão directa das mulheres que ficaram, sobretudo no meio rural, e que efectivamente constituem os chefes directos das famílias. Pese embora que os maridos no estrangeiro enviaram recursos financeiros para o sustento e especialmente para a melhoria das habitações, construção de casas novas, nos centros urbanos.

Mesmo neste quadro a mulher que fica no País é a gestora da construção, e das actividades de rendimento criadas nas localidades, com recursos vindos da diáspora.

As mulheres chefes de família sem maridos no exterior são as mais vulneráveis, pela dificuldade de acesso à residência própria pela complexidade na obtenção de terreno e pelo elevado custo de materiais de construção. O acesso bancário para a autoconstrução é mais difícil às mulheres porque representam a maior parcela de desempregados no mundo rural.

A questão do género na habitação urbana é muito semelhante aos outros concelhos da ilha e liga-se ao desemprego, empregos precários que não dão garantia bancária ou maior incidência da pobreza nas mulheres, mas é mais sensível nas mães solteiras chefes de família.

Segundo os dados do QUIBB 2007 61,8% dos chefes de agregados familiares eram mulheres, contra 38,2% de homens, o que atribui grande destaque numa liderança feminina dos lares do Concelho do Tarrafal. Nas famílias chefiadas por mulheres 71,0% são monoparentais.

Como acontece nos outros concelhos da ilha de Santiago, as mulheres apresentam uma grande capacidade de liderança comunitária e grande intervenção no

comércio informal. As Associações de Desenvolvimento Comunitário têm uma grande liderança feminina, pois como vimos nos capítulos precedentes conseguem gerar postos de trabalhos nas comunidades, empregando sobretudo mulheres. Também algumas ONG têm concedido microcréditos a actividades de rendimento nas comunidades e são as mulheres que mais beneficiam destas acções viradas sobretudo para o comércio informal e criação de gado.

São frequentes os casos de vendedeiras ambulantes conseguirem montar negócios vendendo produtos comprados no estrangeiro o que demonstra robustez financeira. Por isso não é desprezável a capacidade das mulheres em resolver os problemas de habitação familiar. Mas na Cidade do Tarrafal as mulheres chefe de famílias monoparentais constituem as mais vulneráveis no acesso à habitação.

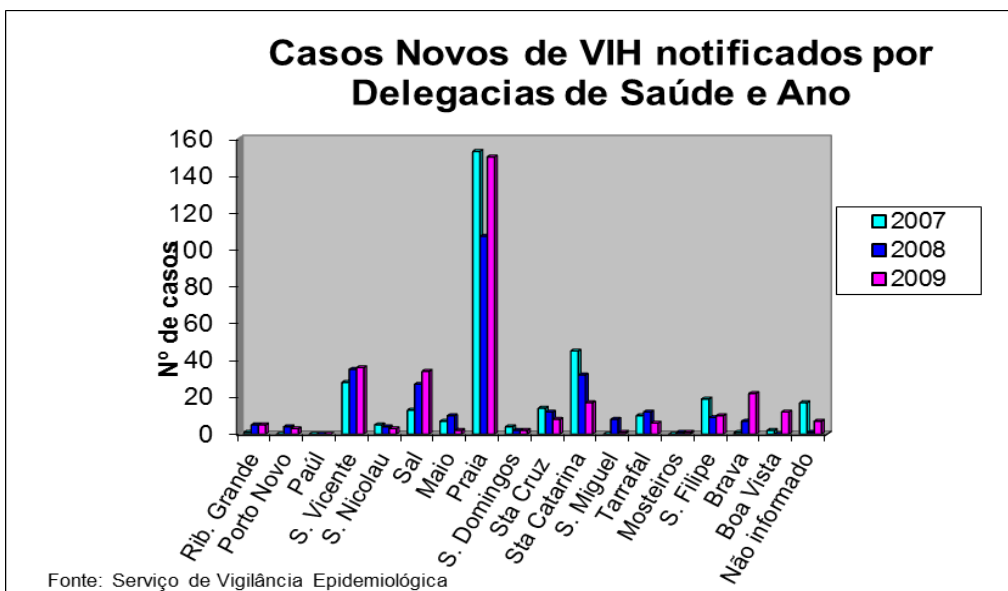
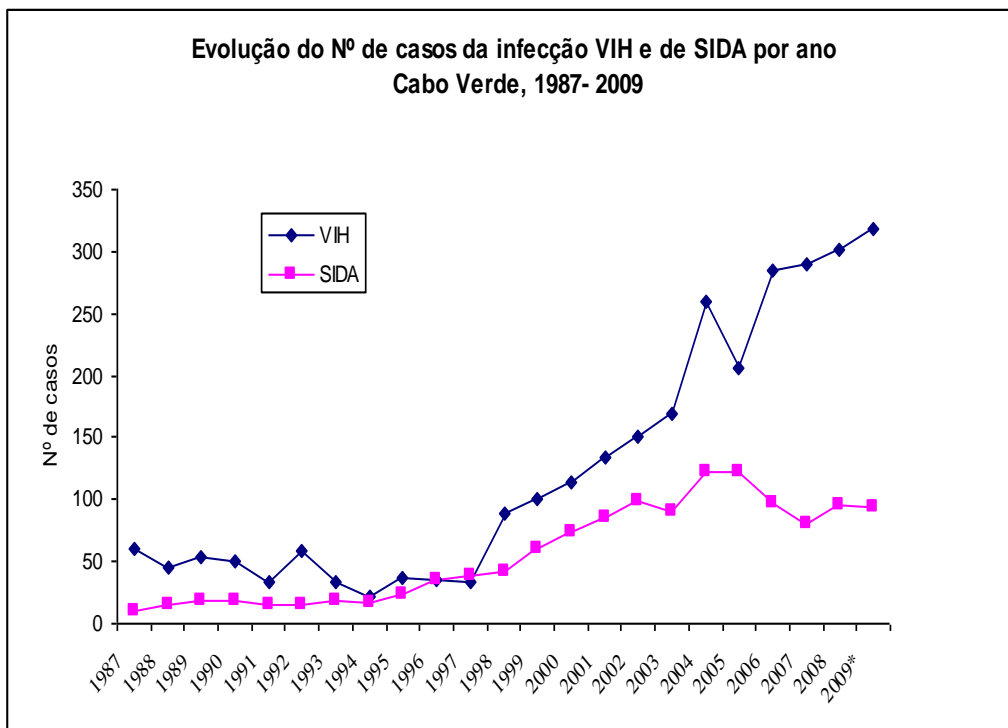
7.1.2. Prevalência do VIH/Sida e habitação nos bairros informais

Embora seja provável a maior prevalência do VIH/Sida nos bairros espontâneos dos centros urbanos, considerando maior promiscuidade e forte presença de grupos de riscos, não se conhecem estudos específicos para os bairros do Tarrafal. A interferência do VIH/Sida no acesso à habitação seria indirecta uma vez que não existe qualquer discriminação dos portadores do VIH no acesso à habitação. A incidência da pobreza e as outras consequências derivadas do quadro de VIH/Sida é que pode ter incidência na degradação das condições de vida familiar.

No entanto o Comité de Coordenação do Combate à SIDA e às Doenças Sexualmente Transmissíveis (CCS-SIDA) realizou um Programa de Prevenção do VIH/SIDA e de Melhoria da Qualidade de Vida das Pessoas vulneráveis portadoras do Vírus da Imunodeficiência no seio da População Vulnerável em Cabo Verde, o programa é executado através da Plataforma das ONG de Cabo Verde teve por objectivo apoiar os seropositivos na inserção social, através de auto-emprego, melhoria de habitação, etc.

A prevalência nacional foi avaliada em 0,8%, no ano de 2009 houve para todo o Concelho mais seis casos notificados, sendo quatro femininos e dois masculinos. De

acordo com estudos do CCS-SIDA a prevalência é na maior nos profissionais do sexo e nos usuários de drogas injectáveis.



7.2. Enquadramento institucional do género

A promoção da igualdade do género constitui uma preocupação política em Cabo Verde, tanto no espaço rural como urbano. No quadro institucional o Instituto Cabo-verdiano de Igualdade do Género tem a tarefa de desempenhar acções viradas para a promoção da condição feminina, mas sobretudo através da comunicação, informação e sensibilização e apoio em casos concretos.

Nos termos do 2º parágrafo, do artigo 1º da Constituição da República de Cabo Verde: *“A República de Cabo Verde reconhece a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de origem social ou situação económica, raça, sexo, religião, convicções políticas ou ideológicas e condição social e assegura o pleno exercício por todos os cidadãos das liberdades fundamentais”*.

Entretanto, além da Constituição da República existe um quadro normativo que favorece a igualdade do género, não obstante os obstáculos de ordem cultural, de onde destacamos:

- Decreto-Legislativo nº 12-C/97, de 30 de Junho, que aprova o Código da Família de Cabo Verde, constituindo o Livro IV do Código Civil – Direito da Família publicado integralmente a 30 de Setembro do mesmo ano.

- Despacho nº 50/2001, de Sua Excelência o Primeiro-ministro, que cria o Comité de Coordenação do Combate à SIDA e às Doenças Sexualmente Transmissíveis (CCS-SIDA), no dia 4 de Julho de 2001. O CCS-SIDA é constituído por cerca de vinte elementos que provêm dos sectores público e privado;

- Decreto-Regulamentar nº 5/2003, de 25 de Agosto, que aprova os Estatutos do Instituto da Condição Feminina (ICF), principal organismo público vocacionado para a promoção da igualdade e equidade do género, hoje designado Instituto Cabo-verdiano para a Igualdade e Equidade de Género (ICIEG);

- Lei nº 19/VII/2007, de 26 e Novembro, que regula os aspectos ligados à Prevenção, Tratamento e Controlo do VIH;

- Lei nº 84/VII/2011, que aprova a Lei contra a Violência Baseada no Género (VBG), que entrou em vigor em Março de 2011, define a VBG como crime público, alvo de um procedimento criminal urgente, concedendo ao Ministério Público e à Polícia um prazo de 48 horas para efectuar as primeiras diligências, antes da acção dos Tribunais. Essa legislação é uma novidade absoluta na ordem jurídica interna cabo-verdiana, não só pelas soluções que apresenta, mas sobretudo pelo facto de ser a primeira lei a tratar especial e exclusivamente da matéria;

Existem várias ONG que trabalham no domínio da promoção da condição da mulher, com destaque para a Organização das Mulheres de Cabo Verde (OMCV) e da MORABI, que são as mais activas e de abrangência nacional. Têm actividades de formação, apoio às famílias, planeamento familiar, consultas médicas e financiamento de actividades geradoras de rendimento através de microcréditos.

O Programa de Luta Contra Sida está inserido no Ministério de Saúde, mas desenvolve acção intersectorial, coordenado pelo Comité de Coordenação de Luta Contra Sida (CCS-Sida), este comité criou um Programa de Prevenção do VIH/SIDA e de Melhoria da Qualidade de Vida das PVVIH, que executa actividade de formação e apoio aos seropositivos através da Plataforma das ONGs.

7.3. Mobilização de recursos para a questão do género

O acesso à habitação no quadro de igualdade do género deverá ser integrado dentro da política de habitação social para as camadas vulneráveis, uma vez que as mulheres representam a maioria da população pobre e vulnerável nos bairros espontâneos. O acesso ao crédito poderá exigir uma discriminação positiva sobretudo no financiamento de actividades geradoras de rendimento. A mobilização de recursos deverá ser feita de forma integrada com as acções identificadas nas rubricas anteriores.

O apoio institucional das organizações promotoras da condição feminina, como a **OMCV** (Organização das Mulheres de Cabo Verde) e a **MORABI** (Associação de Apoio à Autopromoção da Mulher no Desenvolvimento), poderá facilitar acções práticas junto das comunidades de base.

A luta contra o VIH/Sida no quadro actual tem cumprido as missões que lhe são atribuídas, podendo haver conservação de financiamento de actividades comunitárias nos bairros espontâneos e junto das camadas vulneráveis.

7.4. Formação e capacitação na igualdade do género

A formação deverá ser encaminhada nos dois temas desta rubrica: promoção da igualdade do género e luta contra o VIH/Sida. As acções de formação têm sido feitas através de várias instituições ligadas ao governo, às igrejas e às ONG.

Entretanto as acções de formação devem ser programas em temas transversais de vivência, urbana, cidadania, ambiente e qualidade de vida urbana integradas nas acções vistas nos capítulos precedentes.

No quadro de igualdade do género as acções de formação poderão ser programadas para as mulheres vulneráveis, uma vez que em Cabo Verde o acesso ao ensino básico e secundário não discrimina os sexos, até em regra existem mais meninas do que rapazes nas escolas.

No quadro de luta contra a pobreza urbana, a formação das mulheres chefe de famílias monoparentais é prioritária, sobretudo nos domínios de promoção e gestão de pequenos negócios e actividades geradoras de rendimento, no caso do Tarrafal poderão ser identificadas, as peixeiras, criadoras de aves e coelhos, conserva artesanal de alimento, como linguiça, doces, etc., ou ainda venda ambulante e acesso ao microcrédito. As ONG femininas como a MORABI e a OMCV possuem bastante experiência nessa matéria.

Quadro 2
Análise SWOT para Governação urbana

Forças	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
<p>População jovem e com elevado nível de escolaridade;</p> <p>Tradição de participação em mutualismos tradicionais e modernos;</p> <p>Sistema democrático com elevada participação;</p> <p>Eleições autárquicas com rotatividade do poder local</p> <p>Existência de ONGs de apoio ao desenvolvimento comunitário.</p>	<p>Prestígio internacional do País no âmbito de boa governação;</p> <p>Parceria externa e acordos de geminação de âmbito municipal;</p> <p>Possibilidade de microcréditos e contrato-programa com as associações comunitárias;</p> <p>Programas de combate à pobreza;</p>	<p>Elevada taxa de desemprego e dependência da população jovem;</p> <p>Desarticulação entre a educação o emprego e o desenvolvimento local;</p> <p>Dependência das comunidades do poder político.</p> <p>Fragilidade das instituições comunitárias</p>	<p>Desinteresse dos jovens pela gestão comunitária e marginalidade;</p> <p>Manipulação das comunidades pobres pela classe política;</p> <p>Manipulação das associações comunitárias pelo poder político ou outras corporações.</p>

Quadro 5
Análise SWOT para as residências informais

Forças	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
<p>População jovem;</p> <p>Procura de habitação e dinamismo no mercado de construção civil.</p> <p>Aspiração de habitação de qualidade;</p> <p>Expansão do mercado de construção civil e consolidação dos centros urbanos;</p>	<p>Projecto de habitação social promovido pelo Governo (Casa para todos);</p> <p>Crescimento económico e melhoria do nível de vida das comunidades rurais;</p> <p>Oportunidade de negócios no sector de construção civil</p>	<p>Grande carência de solos urbanos;</p> <p>Elevados custos de construção;</p> <p>Desemprego e elevada incidência da pobreza;</p> <p>Dependência de conjunturas externas</p>	<p>Crescimento urbano descontrolado e expansão de residências de baixa qualidade;</p> <p>Surgimento de guetos de marginais e desempregados;</p> <p>Degradação do ambiente urbano</p>

Quadro 6
Análise SWOT para o Ambiente Urbano

Forças	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
<p>Rápido crescimento do mercado de habitação;</p> <p>Crescimento do mercado de construção civil;</p> <p>População jovem escolarizada e aberta às inovações</p> <p>Entrada de capital e investimentos na construção promovidos pelos emigrantes</p> <p>Grande procura para a instalação de habitação, equipamentos e serviços</p> <p>Valorização dos solos</p> <p>Expansão do mercado de materiais de construção civil e empregos no sector</p>	<p>Disponibilidade dos emigrantes nos investimentos na cidade;</p> <p>Procura de terreno e de habitação;</p> <p>Programa de habitação social promovido pelo Governo;</p> <p>Crescente procura de instalação para habitação e serviços;</p> <p>Dinâmica crescente do turismo e procura de alternativa ao Sol e praia</p>	<p>Elevados custos de terreno e especulação;</p> <p>Elevado custo de materiais de construção;</p> <p>Elevado custo das construções;</p> <p>Incapacidade de respostas das instituições;</p> <p>Crescimento urbano sem infra-estruturas e equipamentos;</p> <p>Predomínio de construções inacabadas</p> <p>Desemprego e pobreza numa grande franja de população;</p> <p>Carência de áreas verdes e espaços comunitários.</p>	<p>Construções clandestinas em locais de riscos;</p> <p>Alargamento de construção espontânea e surgimento de bairros degradados;</p> <p>Crises nos Países de acolhimento e diminuição das transferências de emigrantes;</p> <p>Degradação da paisagem urbana pelas construções de baixa qualidade;</p> <p>Densificação do espaço urbano e aumento de problemas ambientais;</p>

Quadro 7
Análise SWOT para o Género

Forças	Oportunidades	Fraquezas	Ameaças
<p>População feminina maioritária entre os residentes no concelho;</p> <p>Capacidade de liderança das associações de desenvolvimento comunitário;</p> <p>Grande dinamismo no sector informal e gestão de pequenos negócios;</p> <p>Aceitável escolarização nas camadas juvenis femininas</p>	<p>Possibilidade de microcréditos para actividades geradoras de rendimento;</p> <p>Mobilização de recursos financeiros através de contratos-programa com o Governo e ONGs;</p> <p>Programas de habitação social promovidos pelo governo e pela câmara municipal;</p>	<p>Elevada incidência da pobreza no concelho;</p> <p>Maior incidência do desemprego e da pobreza nas mulheres;</p> <p>Fragilidade e dependência das associações de desenvolvimento comunitário;</p> <p>Desarticulação entre o ensino e as actividades geradoras de rendimento</p>	<p>Enfraquecimento das associações comunitárias de apoio às mulheres;</p> <p>Decadência das actividades informais pela maior consolidação do sector formal;</p> <p>Aumento de competição profissional entre os sexos</p>

**Proposta de projectos
de
Desenvolvimento e Luta contra a Pobreza nos Bairros
Informais do Tarrafal**

Nome do Projecto	Seminário de Concertação de Parceiros Locais
Enquadramento	O projecto enquadra-se no âmbito do estudo do Perfil urbano da Cidade do Tarrafal e constitui a base para a identificação de projectos prioritários de luta contra a pobreza urbana, estabelecer uma integração dos bairros informais assim como a selecção de projectos de investimentos prioritários.
Justificação	Este projecto justifica-se pela própria metodologia usada no Estudo do Perfil Urbano, sendo necessária para a identificação participativa de projectos prioritários de investimentos nos bairros informais e nas novas Cidades concelhias sedes dos Municípios.
Objectivos Gerais	Identificar e seleccionar programas e projectos prioritários para o combate à pobreza urbana e integração dos bairros informais nos centros urbanos.
Objectivos específicos	Promover um seminário dos parceiros de gestão urbana e desenvolvimento local nas cidades; Envolver os actores locais na luta contra a pobreza urbana; Identificação de projectos prioritários de luta contra a pobreza e promoção de desenvolvimento urbanos nos bairros informais Estabelecer estratégias luta contra a pobreza e exclusão nos bairros informais.
Beneficiários /Público-alvo	Associações de Desenvolvimento comunitário nos bairros; líderes comunitários; actores locais de desenvolvimento; gestores municipais.
Duração	15 Dias incluindo a programação; realização do seminário e avaliação
Custos estimados	450.000\$00
Parceiros	Governo central; Câmara Municipal; Plataforma das ONG, Associações Comunitárias; Actores de desenvolvimento local; líderes comunitários
Resumo	O projecto visa a socialização dos estudos de perfil urbano na comunidade dos bairros informais e permitir aos interessados debaterem e identificarem solução para os seus problemas. O projecto deverá envolver num debate participativo a Câmara Municipal, os líderes comunitários, as empresas e agentes económicos locais na busca de solução da pobreza urbana e da melhoria de condições de vida nos bairros informais.
Actividades	Identificação de parceiros; elaboração de programas e metodologia de formação; busca de financiamento de programação da formação.
Resultados esperados	Capacitação das associações de desenvolvimento nas localidades; identificação de projectos prioritários, estabelecer a programação de actividades geradoras de rendimento junto das comunidades identificadas.

Nome do Projecto	Capacitação das associações comunitárias
Enquadramento	O projecto enquadra-se no âmbito de promoção de desenvolvimento comunitário nos bairros pobres dos centros urbanos, principalmente as mulheres chefe de família.
Justificação	Existência de uma rede de associações de desenvolvimento comunitário com grande poder de intervenção mas com fragilidades no domínio de gestão, administração dos recursos e autonomia na elaboração e gestão de projectos.
Objectivos Gerais	Promover o empreendedorismo nas comunidades através das associações de desenvolvimento local.
Objectivos específicos	Capacitar as associações comunitárias na elaboração e gestão de projectos; identificação e mobilização de parceiros e de recursos para o desenvolvimento comunitário; promover actividades geradoras de rendimento junto das comunidades nos bairros espontâneos.
Beneficiários /Público-alvo	Associações de Desenvolvimento comunitário nos bairros
Duração	2 Anos
Custos estimados	2.700.000\$00 (dois milhões e setecentos mil escudos)
Parceiros	Câmara Municipal; Governo central; Plataforma das ONG, Associações Comunitárias.
Resumo	Acção de formação nos domínios de elaboração, programação e gestão de projectos; identificação e negociação de projectos. Técnicas de gestão de projectos e factores de sucesso, montagem de pequenos negócios.
Actividades	Identificação de parceiros; elaboração de programas e metodologia de formação; busca de financiamento de programação da formação.
Resultados esperados	Capacitação das associações de desenvolvimento nas localidades; programação de actividades geradoras de rendimento junto das comunidades identificadas.

Nome do Projecto	Água e saneamento nos bairros informais
Enquadramento	Na perspectiva de melhoria do quadro de vida urbana na Cidade do Tarrafal, saneamento do meio, saúde pública e promoção do ambiente urbano sustentável, projecta-se a instalação de casas de banho e retretes em residências familiares pobres com o objectivo de melhorar a qualidade de vida das pessoas nos bairros informais.
Justificação	Uma parcela considerável de residências nos bairros informais não possuem casas de banho obrigando as famílias pobres a usarem a natureza, as ruínas ou obras inacabadas para o efeito. Este quadro, além de afectar a qualidade de vida urbana põe em causa a dignidade das famílias pobres que vivem no espaço urbano e não possuem meios para uma vida condigna.
Objectivos Gerais	Promover a construção e uso de casas de banho no espaço urbano; melhorar a sanidade do espaço urbano nos bairros informais.
Objectivos específicos	Promover a construção de casas de banho nas residências de famílias pobres nos bairros informais; Diminuir a incidência de uso de espaços livres para as necessidades fisiológicas; Melhorar a sanidade pública na Cidade
Beneficiários /Público-alvo	Famílias pobres sem casas de banho nos bairros informais
Duração	2 Anos
Custos estimados	10.000.000\$00
Parceiros	Câmara Municipal; casas comerciais que vendem materiais de construção civil; promotores do turismo na Cidade do Tarrafal; ONG e associações comunitárias, famílias beneficiadas, moradores dos bairros
Resumo	O projecto tem por objectivo a construção de casas de banho nas residências de famílias carenciadas sem meios para a construção de casas de banho. O projecto deverá ser promovido pela Câmara Municipal na perspectiva de melhorar a qualidade da higiene pública, promoção do turismo e melhoria do nível de vida da população.
Actividades	Reunião com a população e identificar as famílias carenciadas, mobilização de parceiros financiadores, promoção de “ <i>djunta mon</i> ” nas famílias beneficiadas, execução e acompanhamento do projecto, sensibilização da população para o uso adequado das casas de banho.
Resultados esperados	Uso integral de casas de banho na cidade, eliminação do caso de fazer as necessidades básicas em pardieiros, valas, e esconderijos naturais. Melhoria do quadro de vida urbana para os moradores e visitantes.

Bibliografia

CAMARA MUNICIPAL DO TARRAFAL (2010) – Plano de Desenvolvimento Municipal.

CARREIRA, A. (1985) – Noticia Corográfica e Cronológica do Bispo de Cabo Verde ...1784, ICL – Praia/Lisboa

INE (2010) – Resultados provisórios dos Censos de 2010, www.ine.cv

INE (2011) – Resultados definitivos dos Censos de 2010, www.ine.cv

INE (2007) – Questionário Unificado dos Indicadores Básicos de Bem-estar (resumo dos principais resultados por meio de residência e concelho)

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2011) – Anuário de Educação 2009/2010

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2010) – Anuário de Educação 2008/2009

MINISTÉRIO DE SAUDE (2010) – Relatório Estatístico de 2009

MINISTÉRIO DO AMBIENTE AGRICULTURA E PESCAS (2003) – Plano Ambiental Municipal do Tarrafal

SANTA RITA VIEIRA, H.L (1993) – A Vila de Assomada – Associação dos Amigos do Concelho de Santa Catarina. Assomada

SENNÁ BARCELOS (2003) – Subsídios para a história de Cabo Verde e Guiné VOL. II – apresentação de Daniel Pereira, IBL – Praia

Legislação Consultada

CABO VERDE – Constituição da Republica de Cabo Verde – Lei Constitucional nº1/VII/2010

CABO VERDE – Assembleia Nacional – Resolução nº20/2009 de 20 de Julho – determina a resolução da DNOT.

CABO VERDE – Decreto-Lei nº15/2011 de 21 de Fevereiro – Regula o Estatuto das Cidade e define as orientações da Política de Capacitação dos Espaços urbanos em Cabo Verde.

CABO VERDE – Decreto-Legislativo nº6/2010 de 21 de Junho – altera o Decreto-Legislativo nº1/2006 de 13 de Fevereiro, que estabelece as Bases do Ordenamento do Território e Planeamento Urbanístico, bem como os artigos 81º e 82º do Estatuto do Municípios.

CABO VERDE – Lei nº79/VI/2005 de 5 de Setembro – estabelece o regime financeiro das autarquias locais.